

RELATÓRIO DE GESTÃO 2014

35 anos



FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E À EXTENSÃO



Relatório de Gestão

FAPEX

ANO BASE 2014

Salvador – Bahia – Brasil

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO

MARIA VIRGÍNIA FERREIRA DE ARAÚJO - Superintendente

BRUNO SENNA - Assessor de Comunicação

TIARA RUBIM - Jornalista Responsável / Analista de Comunicação - DRT 3348

MARIA EMÍLIA DOS SANTOS SILVA - Gerente de Desenvolvimento de Pessoas

RITA DE CÁSSIA AMARAL PINHO - Coordenadora Técnica de Projetos



7	INTRODUÇÃO
11	ÓRGÃO EXECUTIVO
13	CONSELHOS DELIBERATIVO E FISCAL
16	PROJETOS 2014
22	PROJETOS EM DESTAQUE
38	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
58	PARECER DO CONSELHO FISCAL
63	BALANÇO SOCIAL

SUMÁRIO



Mensagem da Diretoria

A Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão se aproxima de seus 35 anos de serviços à comunidade científica e acadêmica da Bahia. Não se pode dizer que ela é a mesma de sua origem. O papel das fundações de apoio transformou-se durante esses anos em função do próprio cenário nacional de desenvolvimento científico. Uma das possibilidades de leitura da palavra apoio é precisamente estar no lugar onde a sustentação vacila. Apoiar, no nosso caso, significa que nossa missão passa pelo sucesso de algo que nos escapa, ou seja, o próprio sucesso da ação da Universidade Federal da Bahia no contexto atual.

O ano de 2014 antecipou uma conjuntura econômica de restrições orçamentárias que, sem dúvidas, exigirá de todos os que trabalham no setor público e privado extrema cautela e planejamento. Se, por um lado, novos marcos legais aperfeiçoam e legitimam as ações das Fundações de Apoio, por outro, há muito ainda que avançar no modo como o Estado e os diversos órgãos financiadores podem realmente contar com a parceria das fundações no desenvolvimento de metas comuns. Dentre as diversas instâncias, ressentimos o fato de ainda não ter sido possível uma melhor parceria com o próprio Estado da Bahia, sobretudo com a FAPESB. Seriam inúmeras as possibilidades de parceria entre as duas fundações se houvesse um melhor alinhamento, tal como ocorre em diversos estados brasileiros, que permitisse que a FAPEX pudesse ser ressarcida das despesas decorrentes da execução dos projetos FAPESB.

Outro ponto sensível é o enorme espaço de tempo que, por vezes, ocorre entre a prestação de contas final de um projeto e sua auditoria pelos órgãos de fiscalização. No ano de 2014, tivemos projetos auditados cujos encerramentos se deram há mais de dez anos. Essa espera torna o processo de arquivamento dos dados extremamente complexo, gerando toneladas de documentos em papel, já que muitos desses órgãos recusam ainda a digitalização e exigem a comprovação em meio físico. São estes alguns dos paradoxos que fazem parte do cotidiano das fundações de apoio: conviver em um país ao mesmo tempo inovador em ideias e retrógrado em dispositivos burocráticos. Ainda assim, muito foi possível progredir na gestão dos projetos, os novos desafios, contudo, exigem cada vez mais.



Marcelo Veras (Diretor Executivo)


Marcelo Veras
Diretor Executivo

Mensagem da Diretoria

Com quase 35 anos de atuação, a FAPEX teve que percorrer um longo percurso para chegar até aqui, o que exigiu muito trabalho, dedicação e comprometimento de cada um dos nossos profissionais.

Por outro lado, as transformações políticas, econômicas, sociais e legais, aliadas ao constante avanço tecnológico, impulsionaram a necessidade de reordenamento da estrutura organizacional e funcional da Fundação, levando-a a adotar um perfil mais empresarial, sem, contudo, se distanciar do seu objetivo principal: a gestão de projetos de ensino, pesquisa e inovação, extensão e desenvolvimento institucional.

Nesse cenário de mudanças cada vez mais dinâmicas, e com o intuito de estabelecer as diretrizes básicas das principais iniciativas que nortearão as nossas ações em 2015, ao final de 2014, realizamos um trabalho de reavaliação do nosso Planejamento Estratégico, com destaque para:

- 1) a sustentabilidade financeira da Fundação, a partir da implementação de diversas medidas de controle e racionalização de recursos administrativos que possam contribuir para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da instituição;
- 2) elaboração do Orçamento Anual, cujas premissas estão diretamente relacionadas ao item anterior;
- 3) implantação do Plano de Cargos e Salários e o desenvolvimento de ações de qualificação contínua do quadro de pessoal;
- 4) estreitamento das relações com as Instituições Federais de Ensino Superior apoiadas.

Neste contexto, garantir a sustentabilidade da Fundação, principalmente em termos financeiros, continua sendo um dos nossos maiores desafios. Trata-se de tarefa que requer compromisso permanente e atenção de todos: da alta direção ao colaborador individual. É preciso fortalecer a nossa cultura corporativa, com foco na excelência operacional, por meio de ferramentas e instrumentos de gestão que possam contribuir positivamente para o alcance dos resultados esperados.

Entendemos que as estratégias, baseadas em nossa Visão, Valores e Missão, precisam ser traduzidas em ações gerais que deverão ser desdobradas por toda a instituição. O objetivo é de que todos os empregados compreendam as diretrizes definidas, colocando-as em prática, com vistas a contribuir eficazmente para o sucesso da Fundação.



Maria Virgínia Ferreira de Araújo
Superintendente

A handwritten signature in blue ink, corresponding to the name and title of the Superintendent mentioned in the caption.



INTRODUÇÃO



INTRODUÇÃO

FAPEX celebra 35 anos de atuação

Prestes a completar 35 anos de existência, a Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão - FAPEX firma-se no cenário nacional como Fundação de Apoio à Universidade Federal da Bahia (UFBA) e à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Ao longo de sua história, apoiou centenas de projetos de relevância, contribuindo assim para o crescimento da produção científica baiana e brasileira.

Desde a sua criação, a FAPEX tem viabilizado o desenvolvimento das mais variadas ações, atuando com competência e responsabilidade graças ao acervo de conhecimentos adquiridos. No decorrer dos anos, participou de projetos fundamentais para o progresso da sociedade brasileira, o que a tornou referência no apoio à gestão de projetos de ensino, pesquisa, criação e inovação, extensão e desenvolvimento institucional.

VISÃO

Ser reconhecida como instituição socialmente responsável na criação, inovação e gestão de programas e projetos nas diversas áreas do conhecimento.

MISSÃO

Apoiar a geração e difusão do conhecimento científico e tecnológico, em benefício da sociedade, interagindo com parceiros públicos e privados, com foco na sua relação estratégica com a UFBA e a UFRB.

VALORES

- Competência;
- Ética;
- Transparência;
- Interação;
- Responsabilidade Social.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Estreitar o relacionamento com as instituições apoiadas e financiadores;
- Garantir agilidade e eficácia nos seus processos operacionais;
- Assegurar a sua sustentabilidade financeira;
- Formar e capacitar seu quadro de pessoal;
- Implantar e monitorar indicadores de desempenho.

HISTÓRIA DAS FUNDAÇÕES NO BRASIL

Analisar o desenvolvimento da entidade “Fundação” significa rever os conceitos de filantropia e burocracia estatal. As primeiras fundações surgiram como pessoas jurídicas, com o objetivo específico de receber doações para fins filantrópicos, levando o ideal de ajuda aos necessitados.

Existem relatos que, mesmo antes de Cristo e no Egito antigo, já existia patrimônio destinado à filantropia.

A doação da biblioteca de Alexandria pelos Ptolomeus também remetia à constituição de uma fundação, uma vez que bens foram doados com o intuito de formar um patrimônio e compartilhar conhecimento. Nesse

sentido, pode-se afirmar que as fundações tinham três características indissociáveis: objetivo, patrimônio e interesse coletivo.

No Brasil, o primeiro registro da existência de uma fundação data de 1738, quando um “cidadão solteiro e milionário” decidiu doar parte de seu patrimônio para as crianças que viviam em orfanatos, com o propósito de que estas fossem atendidas na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, instituição denominada Fundação Romão de Matos Duarte, em homenagem ao doador. Mesmo não havendo legislação concernente às Fundações Privadas no Brasil, a entidade criada por Romão de Matos Duarte tinha sua prestação de contas sob a guarda de terceiros e chegou a ter um regulamento próprio.

Legislação

Em termos legais, no País, a “Fundação” é apresentada apenas em 1903, através da lei nº 173, que conferiu personalidade jurídica a entidades com fins literários, científicos e religiosos. As Fundações Privadas mais antigas em atividade no Brasil são: Fundação Pão dos Pobres de Santo Antônio de Porto Alegre, de 1867; Abrigo Cristo Redentor do Rio de Janeiro, fundado em 1923; e Fundação Getúlio Vargas, de 1944, especializada na organização nacional do Trabalho.

No Código Civil de 1916 (lei nº 3.071 de 1º de janeiro de 1916), ganham espaço especial, tendo a seção IV destinada especialmente às fundações. A partir deste momento, as fundações foram expressas na lei vigente da nação. Passaram a ser regulamentadas e suas atividades a seguir o conjunto de normas estabelecidas em um ordenamento jurídico. Já em 20 de dezembro de 1994, foi sancionada a Lei 8.958, dispondo sobre as relações entre as Fundações de Apoio e as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e de Pesquisa Científica e Tecnológica.

A atuação das Fundações de Apoio se dá em uma destas três vias: do ensino, que se consubstancia na atividade didática para a promoção de qualquer conhecimento; da pesquisa, que produz e gera conhecimento na medida em que desenvolve análises científicas; e da extensão, que comporta todos os itens anteriores e possibilita o atendimento à comunidade da demanda da educação, segundo política de extensão do MEC, com conceito e objetivos bem determinados.

A UFBA, assim como diversas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no país, devido à burocracia de alguns processos, sempre teve dificuldades para executar as suas atividades de pesquisa e extensão. As Fundações surgem como proposta de tornar mais ágeis e flexíveis esses processos, apoiando as Instituições.

A FAPEX

A Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, registrada e credenciada junto aos Ministérios da Educação e da Ciência, Tecnologia e Inovação como fundação de apoio. É também reconhecida pelos governos Estadual e Municipal como instituição de utilidade pública.

A FAPEX foi criada em 1980, por iniciativa de alguns professores da UFBA, com a colaboração de grupos econômicos baianos, para apoiar o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão.

A FAPEX está organizada em estruturas de deliberação, fiscalização e administração, respectivamente representadas pelos Conselhos Deliberativo e Fiscal e pela Diretoria Executiva. De acordo com o Estatuto da Fundação, os ocupantes dessa estrutura são prioritariamente oriundos da Universidade Federal da Bahia, não sendo prevista qualquer remuneração, recebimento de lucro, gratificação, bonificação ou qualquer outra vantagem para os mesmos.

Para alcançar seus objetivos, a FAPEX pode:

- I) celebrar convênios, contratos e acordos de cooperação e gestão com instituições públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras, notadamente com instituições de ensino superior;
- II) desenvolver atividades de assistência técnica, consultoria e prestação de serviços;

III) promover concursos públicos e processos seletivos para contratação de pessoal e gestão de recursos humanos;

IV) promover a interação Universidade-Empresa-Governo; conceder bolsas de estudo, de pesquisa, extensão e de ensino de graduação, pós- graduação e atividades vinculadas às finalidades estatutárias;

V) promover outras atividades relacionadas com a sua finalidade básica.



ÓRGÃO
EXECUTIVO



ÓRGÃO EXECUTIVO

Diretoria Executiva

Marcelo Veras – *Diretor Executivo*

Nádia Andrade Ribeiro – *Diretora Adjunta*

Maria Virgínia Ferreira de Araújo/ Lília Kátia A. Nunes – *Superintendente*

ASCOM – Assessoria de Comunicação

Bruno Senna

ASJUR – Assessoria Jurídica

Artur Reis

ASLIC – Assessoria de Licitação

Roberto Rivelino de Castro Dourado

ASCONT – Assessoria de Contabilidade

Desempenho Contábil

ASTIN – Assessoria de Tecnologia da Informação

Computação Brasil

GEAP – Gerência de Acompanhamento de Projetos

Rosalba Oliveira

GELOG – Gerência de Logística

Maria Helena Gama

GEDEP – Gerência de Desenvolvimento de Pessoas

Maria Emília dos Santos Silva

GEFIN – Gerência Financeira

Orlando Cavalcanti Teixeira/ Maria Virgínia Ferreira de Araújo

GECOP – Gerência de Controladoria e Prestação de Contas

Orlando Cavalcanti Teixeira

GERSAU – Gerência de Saúde

Veralúcia Cerqueira



CONSELHOS
DELIBERATIVO E FISCAL



CONSELHO DELIBERATIVO

JOÃO CARLOS SALLES/ DORA LEAL ROSA

REITOR/UFBA – PRESIDENTE

PAULO GABRIEL S. NACIF

REITOR/UFRB – VICE-PRESIDENTE

EDUARDO LUIZ A. MOTA/ MARIA ISABEL P. VIANA

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO – PROPLAN/UFBA

OLIVAL FREIRE JÚNIOR/ MARCELO EMBIRUÇU DE SOUZA

PRÓ-REITOR DE PESQUISA, CRIAÇÃO E INOVAÇÃO – PROPCI/UFBA

OLIVAL FREIRE JÚNIOR (INTERINO)/ ROBERT EVAN VERHINE

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO – PRPG/UFBA

FABIANA DULTRA BRITTO/ BLANDINA FELIPE VIANA

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO – PROEXT/UFBA

ANA CRISTINA F. SOARES

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG/UFRB

ANA RITA S. SILVA

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO – PROEXT/UFRB

ANTÔNIO FERNANDO DA S. QUEIROZ

REPRESENTANTE DA COMUNIDADE DE PESQUISADORES – UFBA

WILSON DA SILVA GOMES

REPRESENTANTE DA COMUNIDADE EXTENSIONISTA – UFBA

VITAL PEDRO DA S. PAZ/ JORGE ANTÔNIO GONZAGA

REPRESENTANTE DA COMUNIDADE DE PESQUISADORES – UFRB

GEORGINA GONÇALVES DOS SANTOS/ ALEXANDRE AMÉRICO A. JÚNIOR

REPRESENTANTE DA COMUNIDADE EXTENSIONISTA – UFRB

CARLOS ALBERTO V. LIMA

REPRESENTANTE DA COMUNIDADE EXTERNA – SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL/SINDUSCOM

SUPLENTES

PAULO CÉSAR M. DE OLIVEIRA/ LUIZ ROGÉRIO B. LEAL

VICE-REITOR/UFBA – PRESIDENTE

SILVIO LUIZ DE O. SOGLIA

VICE-REITOR/UFRB – VICE-PRESIDENTE

AJAX MERCÊS ATTA

REPRESENTANTE DA COMUNIDADE DE PESQUISADORES – UFBA

ANA CRISTINA V. L. DANTAS

REPRESENTANTE DA COMUNIDADE DE PESQUISADORES – UFRB

ANA CAROLINA F. DA SILVA

REPRESENTANTE DA COMUNIDADE EXTENSIONISTA – UFRB

AMILCAR BAIARDI

REPRESENTANTE DA COMUNIDADE EXTERNA – UCSAL

CONSELHO FISCAL

DILSON CERQUEIRA DA SILVA/ KLEBER MARRUAZ DA SILVA – UFBA

PRESIDENTE

GILCA GARCIA DE OLIVEIRA

UFBA

UBIRATÃ BATISTA PEREIRA

UFBA

SUPLENTE

LÍVIO ANDRADE WANDERLEY/ AURISTELA FELIX DE O. TEODORO – UFBA

PRESIDENTE

ISAAC COSTA LÁZARO/ ANTÔNIO VALTER DE A. SILVA

UFBA

CELSO TAVARES FERREIRA

UFBA



PROJETOS
2014



PROJETOS 2014

Foram firmados 56 (cinquenta e seis) contratos/convênios, sendo:

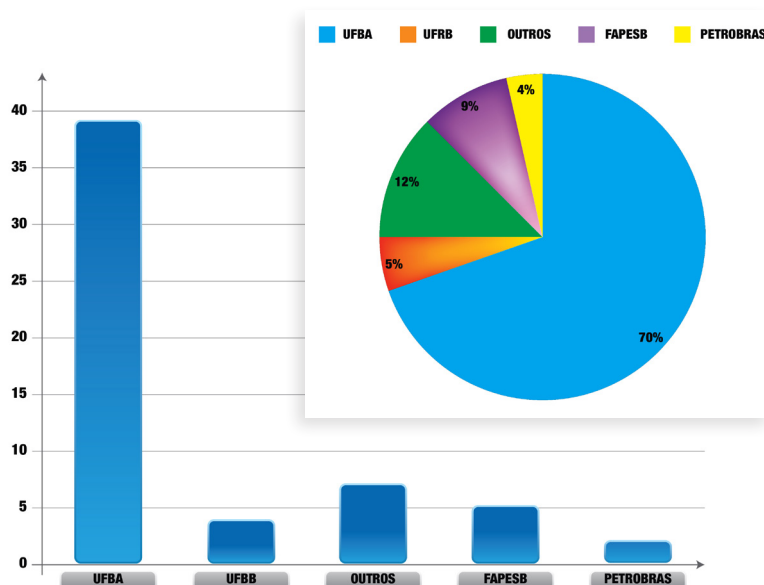
- 39 (trinta e nove) financiados por recursos captados com a **UFBA**, no valor de **R\$ 23.253.787,43** (77% do total de recursos captados no ano);
- 3 (três) com a **UFRB**, no valor de **R\$1.084.059,57** (4%);
- 5 (cinco) com a **FAPESB**, no valor total de **R\$895.677,09** (3%);
- 2 (dois) com a **PETROBRAS**, no valor de **R\$ 3.188,105,43** (11%).

Vale salientar que estes números não contemplam os projetos da área de saúde (que serão tratados em sequência) e referem-se aos contratos/convênios que tiveram seus instrumentos firmados entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2014.

Foram ainda contratados/assinados 7 (sete) projetos, com **outras fontes financiadoras**, no valor total de **R\$1.566.640,96** (5% do total de recursos). Além disso, foram realizadas **5 (cinco) importações**, de produtos diversos, num valor total de **R\$ 237.113,81**.

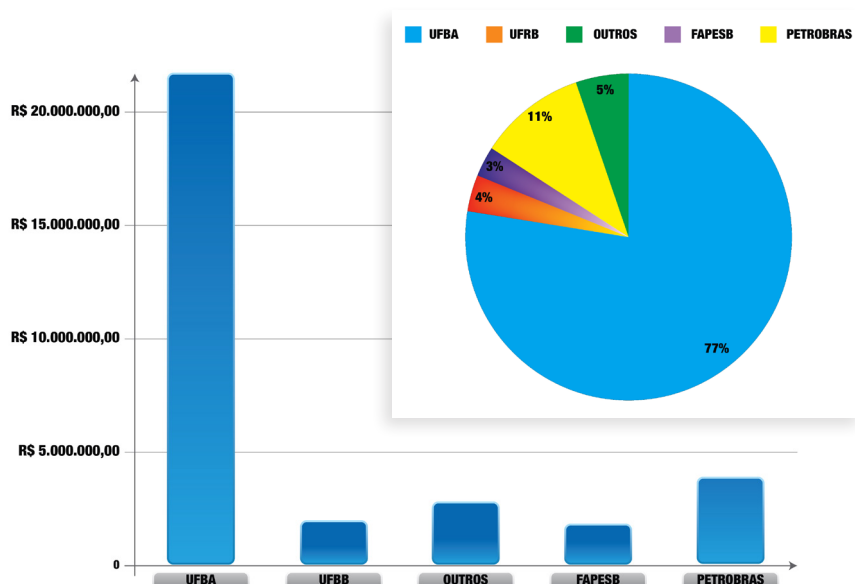
TOTAL DE PROJETOS POR FINANCIADOR

UFBA	39
UFRB	3
FAPESB	5
PETROBRAS	2
OUTROS	7
TOTAL	56



TOTAL DE RECURSOS POR FINANCIADOR

UFBA	R\$ 23.253.787,43
UFRB	R\$ 1.084.059,57
FAPESB	R\$ 895.677,09
PETROBRAS	R\$ 3.188.105,43
OUTROS	R\$ 1.566.640,96
TOTAL	R\$29.988.270,48



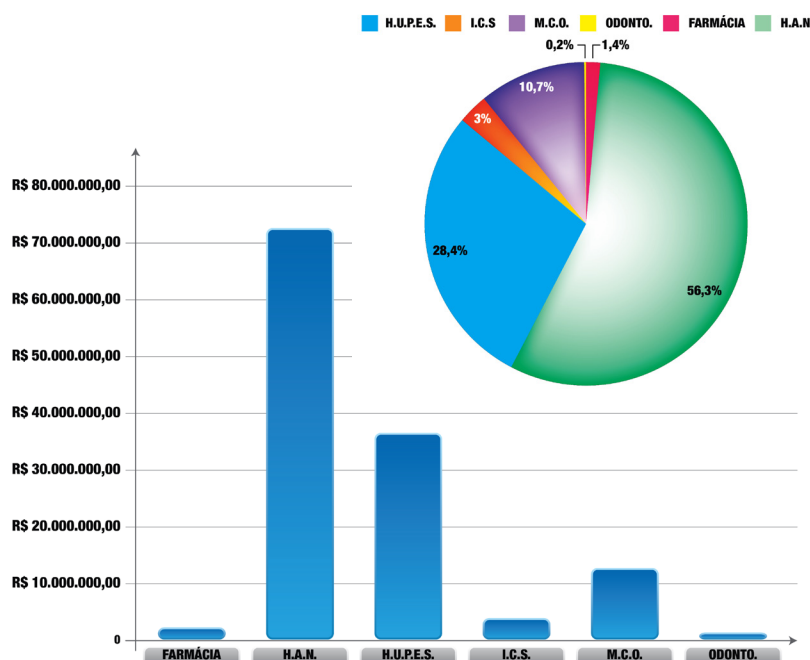
Projetos da área de saúde

Em 2014, foram alocados na área de saúde recursos no valor de **R\$126.572.279,02** (cento e vinte e seis milhões, quinhentos e setenta e dois mil, duzentos e setenta e nove reais e dois centavos), sendo **R\$ 71.229.301,28** (setenta e um milhões, duzentos e vinte e nove mil, trezentos e um reais e vinte e oito centavos) para o H.A.N. - Hospital Ana Nery, **R\$ 35.950.061,36** (trinta e cinco milhões, novecentos e cinquenta mil, sessenta e um reais e trinta e seis centavos) para o H.U.P.E.S. - Hospital Universitário Professor Edgard Santos, **R\$ 13.556.968,75** (treze milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, novecentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos) para a M.C.O - Maternidade Climério de Oliveira, **R\$ 3.802.988,95** (três milhões, oitocentos e dois mil, novecentos e oitenta e oito reais e noventa e cinco centavos) para o I.C.S. - Instituto de Ciências da Saúde, **R\$ 1.778.350,68** (um milhão, setecentos e setenta e oito mil, trezentos e cinquenta reais e sessenta e oito centavos) para a Faculdade de Farmácia e **R\$ 254.608,00** (duzentos e cinquenta e quatro mil e seiscentos e oito reais) para a Faculdade de Odontologia.

O apoio prestado pela FAPEX às unidades de Saúde da UFBA, que visa ao desenvolvimento de políticas públicas, vem contribuindo para que tais unidades exerçam suas atividades técnicas, educativas e de pesquisas.

TOTAL DE RECURSO POR UNIDADE DE SAÚDE

FARMÁCIA	R\$ 1.778.350,68
H.A.N.	R\$ 71.229.301,28
H.U.P.E.S.	R\$ 35.950.061,36
I.C.S.	R\$ 3.802.988,95
M.C.O.	R\$ 13.556.968,75
ODONTO.	R\$ 254.608,00
TOTAL	R\$ 126.572.279,02



PROJETOS 2014

A tabela abaixo demonstra os projetos que tiveram instrumento firmado entre os dias 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2014.

UFBA - Universidade Federal da Bahia

OBJETO	FINANCIADOR	ORIGEM DO RECURSO	COORDENADOR	VALOR
PESQUISA SOBRE ALTERAÇÕES BUCAIS DAS PESSOAS COM DOENÇAS FALCIFORME E CORRELAÇÕES EM ANÁLISE CEFALOMÉTRICA	UFBA	MINISTÉRIO DA SAÚDE - FNS	VIVIANE ALMEIDA SARMENTO	264.000,00
TRATAMENTO DAS NECROSES ÓSSEAS DO QUADRIL DAS PESSOAS COM DOENÇAS FALCIFORME EM ESTÁGIO AVANÇADO	UFBA	MINISTÉRIO DA SAÚDE - FNS	GILDASIO CERQUEIRA DALTRO	1.500.000,00
PESQUISA APLICADA PARA INFECÇÕES ÓSSEAS DE PESSOAS COM DOENÇA FALCIFORME	UFBA	MINISTÉRIO DA SAÚDE - FNS	GILDASIO CERQUEIRA DALTRO	1.000.000,00
AVALIAÇÃO DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE DOS TRABALHADORES E DA POPULAÇÃO, AFETADOS COM A CONTAMINAÇÃO AMBIENTAL DE CHUMBO, CÁDMIO, COBRE E ZINCO, NO MUNICÍPIO DE SANTO AMARO - BA	UFBA	MINISTÉRIO DA SAÚDE - FNS	RITA DE CASSIA FRANCO REGO	94.000,00
ANÁLISE DAS CAUSAS DETERMINANTES DA GERAÇÃO DE RESÍDUOS E PERDAS DE BOLSAS DE SANGUE E OUTROS PRODUTOS NA CADEIA DE SANGUE E HEMOCOMPONENTES	UFBA	MINISTÉRIO DA SAÚDE - FNS	ASHER KIPERSTOK FIRST	3.500.000,00
ESTUDO DA EFETIVIDADE DA VACINA MENINGOCÓCICA CONJUGADA E CARACTERIZAÇÃO MOLECULAR DA NEISSERIA MENINGITIDIS EM SALVADOR-BA	UFBA	MINISTÉRIO DA SAÚDE - FNS	JOICE NEVES REIS PEDREIRA	129.710,59
AVALIAÇÃO DO PERFIL DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE NO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NO BRASIL	UFBA	MINISTÉRIO DA SAÚDE - FNS	CRISTIANE ABDON NUNES	2.054.700,18
ESTUDO DAS CONDIÇÕES DE SAÚDE DO TRABALHADOR DA SAÚDE: FATORES ASSOCIADOS À MORBI-MORTALIDADE	UFBA	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	ISABELA CARDOSO DE MATOS PINTO	100.000,00
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO CURRÍCULO, LINGUAGENS E INOVAÇÕES PEDAGÓGICAS	UFBA	PREFEITURA MUNICIPAL DE IRECE	MARIA INEZ DA SILVA DE SOUZA CARVALHO	240.000,00
CURSOS DE EXTENSÃO EM FOTOGRAFIA 2014	UFBA	AUTOFINANCIADO	JOSÉ CARLOS MAMEDE	58.879,50
CURSO DE QUALIFICAÇÃO DE GESTORES DO PROGRAMA NACIONAL DE CONTROLE DA TUBERCULOSE	UFBA	MINISTÉRIO DA SAÚDE - FNS	SUSAN MARTINS PEREIRA	171.903,19
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ATENÇÃO INTEGRAL AO CONSUMO E AOS CONSUMIDORES DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS NO ESTADO DO PIAUÍ	UFBA	SENAD	ANTONIO NERY ALVES FILHO	556.300,81
CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM PLANEJAMENTO E GESTÃO DE SISTEMAS DE SAÚDE	UFBA	MINISTÉRIO DA SAÚDE - FNS	ISABELA CARDOSO DE MATOS PINTO	2.540.946,60
CONHECIMENTO E ACEITABILIDADE DA PREP (PROFILAXIA PRÉ EXPOSIÇÃO AO HIV) ENTRE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS EM SALVADOR-BAHIA	UFBA	MINISTÉRIO DA SAÚDE - FNS	MARIA INES COSTA DOURADO	239.951,60
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ATENÇÃO INTEGRAL AO CONSUMO E AOS CONSUMIDORES DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS NOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE	UFBA	SENAD	ANTONIO NERY ALVES FILHO	563.068,56
1ª TURMA DO CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ENGENHARIA INDUSTRIAL - PEI	UFBA	AUTO-FINANCIADO	KAREN VALVERDE PONTES	80.240,00
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO EM PARCERIA COM A UNIVASF - TURMA 2014	UFBA	UNIVASF	ROBERTO BRAZILEIRO PAIXAO	382.500,00
MESTRADO PROFISSIONAL EM SAÚDE COLETIVA COM ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM GESTÃO DE SISTEMAS DE SAÚDE - TURMA TOCANTINS	UFBA	SEC. ESTADUAL DE SAÚDE DO ESTADO DO TOCANTINS	LENY TRADE	640.078,27
PRH-Nº52 - PROGRAMA DE RECURSOS HUMANOS EM PETRÓLEO E MEIO AMBIENTE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (PEMA/UFBA)	UFBA	AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO	LEONARDO SENA GOMES TEIXEIRA	489.249,60
MESTRADO PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS E NÚCLEOS HISTÓRICOS, TURMA 2014-1	UFBA	IPHAN	RODRIGO ESPINHA BAETA	100.000,00
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PERÍCIAS CONTÁBIL JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL	UFBA	AUTOFINANCIADO	JOAO VICENTE COSTA NETO	260.100,00

OBJETO	FINANCIADOR	ORIGEM DO RECURSO	COORDENADOR	VALOR
ESPECIALIZAÇÃO EM ENFERMAGEM INTENSIVISTA	UFBA	AUTOFINANCIADO	ROSANA MARIA DE OLIVEIRA SILVA	198.135,00
IV CONGRESSO BAIANO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA E II SIMPÓSIO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	UFBA	AUTOFINANCIADO	THERESINHA GUIMARÃES MIRANDA	34.000,00
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO DE SISTEMAS E SERVIÇOS DE SAÚDE COM ÊNFASE EM SERVIÇOS DE HEMOTERAPIA E HEMATOLOGIA NA MODALIDADE EAD - 2014	UFBA	MINISTÉRIO DA SAÚDE - FNS	EDUARDO LUIZ ANDRADE MOTA	1.999.208,72
PROGRAMA DE RECURSOS HUMANOS EM TECNOLOGIAS AVANÇADAS PARA RECUPERAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL EM CAMPOS MADUROS - PRH-49	UFBA	ANP	SILVIO ALEXANDRE BEISL VIEIRA DE MELO	489.249,60
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE DE QUALIDADE HIGIÊNICO - SANITÁRIA PARA PETROBRAS, RLAM-REFINARIA LANDULFO ALVES	UFBA	PETROBRAS	CLICIA CAPIBARIBE LEITE	135.809,60
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENFERMAGEM EM CENTRO CIRÚRGICO - TURMA 2014	UFBA	AUTOFINANCIADO	ANA LUCIA ARCANJO OLIVEIRA CORDEIRO	198.135,00
IDENTIFICAÇÃO E REGISTRO DOCUMENTAL DOS SABERES RELATIVOS AOS MESTRES ARTÍFICES DA CONSTRUÇÃO TRADICIONAL NA CHAPADA DIAMANTINA - BA	UFBA	IPHAN	EUGÊNIO DE ÀVILA LINS	448.150,60
CURSO DE EXTENSÃO: ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE AGENTES DE RISCO OCUPACIONAL TURMA 2014	UFBA	AUTOFINANCIADO	EDNA MADEIRA NOGUEIRA	56.193,08
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENGENHARIA DE SEGURANÇA DO TRABALHO CEEST - 2014	UFBA	AUTOFINANCIADO	ANASTÁCIO PINTO GONÇALVES FILHO	382.500,00
III COLÓQUIO INTERNACIONAL DA REDE FRANCO-BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM MEDIAÇÕES E USOS SOCIAIS DE SABERES E INFORMAÇÃO - REDE MUSSI	UFBA	AUTOFINANCIADO	MARIA ISABEL DE JESUS SOUSA BARREIRA	16.150,00
QUALIFICAÇÃO DA EDITORAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA REVISTA BRASILEIRA DE SAÚDE E PRODUÇÃO ANIMAL	UFBA	AUTOFINANCIADO	ANALIVIA MARTINS BARBOSA	96.000,00
CONGRESSO DE FISIOTERAPIA BASEADA EM EVIDÊNCIAS - COFIBE	UFBA	AUTOFINANCIADO	ADRIANA SARAIVA ARAGÃO DOS SANTOS	22.100,00
MAPEAMENTO DA DANÇA NAS CAPITAIS BRASILEIRAS E NO DISTRITO FEDERAL - 1ª ETAPA: MAPEAMENTO DE OITO CAPITAIS EM 4 REGIÕES DO BRASIL	UFBA	MINISTÉRIO DA CULTURA - FUNARTE	LÚCIA HELENA ALFREDI DE MATOS	1.000.000,00
REDE DE LABORATÓRIOS DE ARTE, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	UFBA	MINISTÉRIO DA CULTURA	PAULO PIETROBON DE OLIVEIRA GOMES	484.000,00
GESTÃO E SALVAGUARDA DA CULTURA DOS POVOS E COMUNIDADES DE TERREIRO	UFBA	IPAC	TANIA MARIA DIEDERICHS FISCHER	200.000,00
PREVENÇÃO DE SÍFILIS CONGÊNITA E DE TRANSMISSÃO VERTICAL DE HIV, HEPATITES B E C E AVALIAÇÃO DA ADESÃO A UM PROGRAMA DE PLANEJAMENTO FAMILIAR ENTRE MULHERES QUE USAM CRACK NA CIDADE SSA-BA	UFBA	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	TARCISIO MATOS DE ANDRADE	100.000,00
CURSO DE EXTENSÃO EM SAÚDE COLETIVA SOBRE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DE PESSOAS COM DOENÇA FALCIFORME NA MODALIDADE EAD	UFBA	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	EDUARDO LUIZ ANDRADE MOTA	1.684.728,00
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM SAÚDE COLETIVA COM ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM EPIDEMIOLOGIA EM SERVIÇOS DE SAÚDE COM ÊNFASE EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE	UFBA	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	EDUARDO LUIZ ANDRADE MOTA	743.798,93
VALOR TOTAL				R\$23.253.787,43

UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

OBJETO	FINANCIADOR	ORIGEM DO RECURSO	COORDENADOR	VALOR
APOIO ÀS UNIDADES DE DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS AGROPECUÁRIAS, AGROECOLÓGICAS E AGROFLORESTAIS PARA PRODUÇÃO DE ANIMAL E VEGETAL NA FAZENDA EXPERIMENTAL DO CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS	UFRB	UFRB	ERIVALDO DE JESUS DA SILVA	623.430,00
CURSO DE LICENCIATURA EM MATEMÁTICA EAD	UFRB	UFRB	ARISTON DE LIMA CARDOSO	199.876,77
CENTRO REGIONAL DE REFERÊNCIA PARA FORMAÇÃO EM POLÍTICAS SOBRE DROGAS	UFRB	SENAD	JOÃO MENDES DE LIMA JÚNIOR	260.752,80
VALOR TOTAL				R\$1.084.059,57

FAPESB

OBJETO	FINANCIADOR	ORIGEM DO RECURSO	COORDENADOR	VALOR
AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE CARACTERIZAÇÃO DOS MATERIAIS PARA USO DOS GRUPOS DE PESQUISA DO MEAU	FAPESB	FAPESB	SANDRO LEMOS MACHADO	300.000,00
INSTALAÇÃO DE SALAS MULTI USO PARA O MESTRADO EM MUSEOLOGIA DA UFBA	FAPESB	FAPESB	JOSEANIA MIRANDA FREITAS	82.040,00
CENTRAL ANALÍTICA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA QUÍMICA	FAPESB	FAPE	SILVANA MATTEDI E SILVA	300.000,00
IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTO - ESPECTRÔMETRO DE FLUORESCÊNCIA ATÔMICA + ACESSÓRIOS - TERMO DE OUTORGA FAPESB/SÉRGIO LUIZ COSTA FERREIRA 004/2011	FAPESB	FAPESB	SÉRGIO LUIS COSTA FERREIRA	88.780,54
IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTO - SISTEMA DE PREPARO DE AMOSTRAS + ACESSÓRIOS - PROJETO FAPESB/VANESSA HATJE	FAPESB	FAPESB	VANESSA HATJE	124.856,55
VALOR TOTAL				R\$895.677,09

PETROBRAS

OBJETO	FINANCIADOR	ORIGEM DO RECURSO	COORDENADOR	VALOR
GEODINÂMICA EVOLUTIVA DOS RIFTES RECÔNCAVO-TUCANO-JATOBÁ E ARARIPE E ESTRUTURA 3D PROFUNDA DOS EMBASAMENTOS CRISTALINOS ASSOCIADOS RIFT-BAHIA II. PARTE I: DA BACIA DO RECÔNCAVO ATÉ A BACIA DE TUCANO CENTRAL"	PETROBRÁS / CENPES	Petrobras S/A	LUIZ CESAR CORREA GOMES	2.088.157,43
ANÁLISE DE VIBRAÇÃO PARA DIAGNÓSTICOS DE FALHAS EM SISTEMAS BCS	PETROBRÁS / CENPES	PETROLEO BRASILEIRO S.A.	LEIZER SCHNITMAN	1.099.948,00
VALOR TOTAL				R\$3.188.105,43

OUTROS FINANCIADORES

OBJETO	FINANCIADOR	ORIGEM DO RECURSO	COORDENADOR	VALOR
ESTUDO CONJUNTO UFBA/BP ENERGY DO BRASIL LTDA, PARA A BACIA DO PARNAÍBA	BP	INTERNACIONAL - BP ENERGY	MILTON JOSÉ PORSANI	636.580,34
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA PARA A CFR-PTN, NA MELHORIA DA PRODUTIVIDADE E QUALIDADE DA MANDIOCA	CFR-PTN	EMBRAPA	ARISTOTELES PIRES DE MATOS	76.240,62
ESTABELECIMENTO DE UM PROGRAMA DE COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, AMPARADO PELA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA RELATIVA À CAPACITAÇÃO E COMPETITIVIDADE DO SETOR DE TI, ABRANGENDO ATIVIDADES DE PESQUISA, EXTENSÃO, DESENVOLVIMENTO E SERVIÇOS CIENTÍFICOS DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS E ATIVIDADES VOLTADAS PARA O TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, DESENVOLVIMENTO DE DIFUSÃO DE TECNOLOGIA, EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL ABRANGENDO AS ÁREAS DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	COMPUTAÇÃO BRASIL	COMPUTAÇÃO BRASIL	ANTONIO CARLOS DOS SANTOS SOUZA	25.560,00
	FUNDAÇÃO MARIA EMÍLIA	FUNDAÇÃO MARIA EMÍLIA PEDREIRA FREIRE DE CARVALHO	RAYMUNDO PARANÁ FERREIRA FILHO	-
ESTRATÉGIAS DRAMÁTURGICAS PARA FOMENTAR O EMPREENDEDORISMO CULTURAL NACIONAL	INSTITUTO MAUÁ	INSTITUTO DE ARTESANATO VISCONDE MAUÁ	EDUARDO PAES BARRETO DAVEL	25.000,00
PROTÓCOLO Nº KW0761-INT-009 - "ESTUDO MULTICÊNTRICO, ABERTO E RANDOMIZADO DO ANTICORPO MONOCLONAL ANTI-CCR4 - KW 0761- OU À ESCOLHA DO INVESTIGADOR, EM PACIENTES COM LEUCEMIA/LINFOMA DE CÉLULAS T DO ADULTO (LLTA) PREVIAMENTE TRATADA"	KYOWA HAKKO	KYOWA HAKKO	CARLOS ROBERTO BRITES ALVES	159.900,00
DETERMINANTES MULTIFATORIAIS PARA A LEPTOSPIROSE NO BRASIL	WELLCOME TRUST	WELLCOME TRUST	MITTERMAYER GALVÃO DOS REIS	643.360,00
VALOR TOTAL				R\$1.566.640,96



PROJETOS EM
DESTAQUE



Minha Casa, Nossas Vidas

Projeto Minha Casa, Nossas Vidas proporciona construção coletiva do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Residencial Bosque das Bromélias

A estratégia é formar gestores locais e desenvolver competências profissionais, visando à integração no mercado de trabalho e abrangendo as áreas de saúde, ambiente, cultura, comunicação, esporte, lazer e formação técnica profissional.

Com o objetivo de planejar e desenvolver ações de desenvolvimento integrado sustentável para o Residencial Bosque das Bromélias, o Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social da Escola de Administração da UFBA colocou em prática, em janeiro de 2014, o projeto Minha Casa, Nossas Vidas. A iniciativa é apoiada pela FAPEX e financiada pela Caixa Econômica Federal, com recursos do Fundo Socioambiental.

Integram a equipe de trabalho: profa. Tânia Fisher (coordenadora geral), Rodrigo Maurício Soares (coordenador executivo), profa. Denise Ribeiro (coordenadora pedagógica), Francisco Raniere Moreira da Silva (bolsista de governança territorial), Mardel Pereira dos Santos (designer), Gabriela Carvalho (estagiária de comunicação), Gizele Amorim Conceição (secretária) e Hugo Cardoso do Vale (gestor financeiro). A iniciativa conta, também, com a participação de professores da Escola de Administração da UFBA, ministrando cursos e disciplinas nos ciclos de formação do projeto e com a colaboração de profissionais da UNEB, no que diz respeito à meta de requalificação das áreas verdes. Além disso, toda a equipe mantém constante diálogo com o sistema S (SEBRAE, SENAI, SESC e SENAC), com o intuito de ofertar à comunidade atividades de formação profissional.

A metodologia adotada pelo projeto possui como elemento central a participação dos moradores. Dentre as técnicas utilizadas estão o diagnóstico participativo, as oficinas e as reuniões. “A construção do Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável implica necessariamente na adesão do maior número de pessoas para que as iniciativas sejam legitimadas pelo público-local”, ressaltou Tânia Fischer.



Tal metodologia orienta-se a partir da interação teoria e prática, por meio de diferentes interfaces pedagógicas: atividades presenciais (aulas, visitas técnicas), produção de videoaulas e materiais didáticos impressos, que serão disponibilizados, futuramente, em uma plataforma de ensino à distância. De forma estratégica, “estamos criando um itinerário formativo que funcionará como o eixo estruturante principal, capaz de conduzir as demais ações de intervenção e construção coletiva do plano. A formação dos jovens é o percurso condutor a partir do qual serão disseminadas práticas e intervenções para alcance das diferentes metas”, complementou.

Perfil dos beneficiários

Atualmente, moram no Residencial Bosque das Bromélias cerca de 7.200 pessoas, distribuídas entre 2.400 famílias. Ou seja, cada família é composta de aproximadamente três pessoas. No que se refere ao perfil socioeconômico da população, a renda familiar média é de até um salário mínimo, sendo esta renda obtida geralmente por um único membro do grupo familiar. Com relação à faixa etária, há uma considerável predominância de crianças, adolescentes e jovens, de maneira que cerca de 70% dos residentes têm até 30 anos de idade.



Neste território, estão reunidos grupos advindos de diferentes movimentos sociais, de diversos acampamentos do movimento dos sem-teto, como também de uma demanda histórica do Estado. Assim, apesar de homogênea, essa população — que apresenta baixa renda, baixa escolaridade, desemprego e subemprego — traz especificidades e particularidades que são resultados de suas vivências, fato que a transforma em uma grande diversidade cultural.

Objetivos e metas

O objetivo geral do Minha Casa, Nossas Vidas é construir, de forma coletiva, o Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Residencial Bosque das Bromélias. A estratégia é formar gestores locais e desenvolver competências profissionais, visando à integração no mercado de trabalho e abrangendo as áreas de saúde, ambiente, cultura, comunicação, esporte, lazer e formação técnica profissional.

Ademais, o projeto tem seis objetivos específicos e seis metas. Os objetivos específicos propostos relacionam-se diretamente às metas do projeto, cujo alcance refletirá na consecução do objetivo geral:

Objetivo Específico 1	META 1 - Contextualização do Cenário e Diagnóstico
Realizar diagnóstico quantitativo e qualitativo, junto aos moradores do empreendimento, para reconhecimento do território interno e dos âmbitos do bairro e cidade, com o mapeamento das oportunidades para trabalho e geração de renda no entorno;	Realização de diagnóstico quantitativo e qualitativo, junto aos moradores do empreendimento, para reconhecimento do território interno e mapeamento socioeconômico do entorno;
Objetivo Específico 2	META 2 - Formação Cidadã e Qualificação profissional
Capacitar lideranças para o exercício da cidadania, gestão do território e ofícios que promovam a sua inserção no mercado de trabalho;	Capacitação de lideranças para o exercício da cidadania, gestão do território e ofícios que promovam a sua inserção nos mundos do trabalho;
Objetivo Específico 3	META 3 - Comunicação e cultura
Elaborar e implantar um plano de comunicação e cultura para o Território, contemplando tecnologias e mídias adaptadas às necessidades locais;	Elaboração e implantação de um plano de comunicação e cultura para o Território, contemplando tecnologias e mídias adaptadas às necessidades locais;
Objetivo Específico 4	META 4 - Requalificação das áreas verdes
Implantar ações de requalificação das áreas verdes, sob a perspectiva da humanização do espaço físico, a partir de uma construção participativa junto aos moradores do empreendimento;	Ações de requalificação das áreas verdes, sob a perspectiva da humanização do espaço físico;
Objetivo Específico 5	META 5 - Saúde e qualidade de vida

Promover atividades de saúde, esporte e lazer para os moradores do empreendimento, visando ao fortalecimento dos laços de integração e adoção de práticas ligadas à saúde;

Promoção de atividades de saúde, esporte e lazer para os moradores do empreendimento, visando ao fortalecimento dos laços de integração e adoção de práticas ligadas à saúde;

Objetivo Específico 6

META 6 - Governança Territorial

Criar estruturas de governança e redes locais para a sustentabilidade da estratégia de DIST (Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Territórios).

Criação de estruturas de governança e redes locais para a sustentabilidade da estratégia de DIST.

Apesar de ainda estar em andamento, o projeto já alcançou resultados significativos. A equipe fez um grande diagnóstico da comunidade, entrevistando 2.060 famílias, apartamento por apartamento. Essa experiência permitiu ao grupo ter uma percepção mais próxima da realidade do empreendimento e de suas demandas. “A partir deste levantamento, pudemos direcionar melhor nossas ações, bem como os ciclos de formação (cursos) ofertados no território. Já estamos no terceiro curso de formação cidadã, para os moradores e com certificação da UFBA, que oferece ações também nas áreas de esporte, cultura e fortalecimento da governança territorial”, relatou Tânia Fischer.

Dificuldades encontradas

Para os moradores do Residencial Bosque das Bromélias, residir nesse novo espaço significou estabelecer novas formas de convivência: dividir compulsoriamente espaços comuns e morar em uma construção vertical. A saída dos seus locais de origem trouxe o rompimento dos laços de vizinhança, anteriormente constituídos e a perda das estratégias de sobrevivência estabelecidas no local de moradia anterior.

Essas dificuldades são acentuadas se questões práticas que permeiam concretamente este espaço habitado forem levadas em consideração: inexistência de escolas, postos de saúde, segurança e lazer na área e no entorno, falta de oportunidades e postos de trabalho, carências de transporte, dentre outros. “Ou seja, a ausência desses elementos de inclusão distancia a população da moradia, no seu conceito pleno de dignidade e cidadania, e não desperta o sentimento de pertencimento e identidade com o lugar, pressuposto básico para o vínculo e afeto com o espaço das relações sociais”, explicou a coordenadora geral do projeto. É nessa perspectiva que a equipe está implantando ações para o fortalecimento da identidade local, baseadas em um conjunto de atividades participativas, que contribuam para transformar o espaço habitado em um território reconhecido e referenciado pelo acesso aos serviços públicos.



Inovações

O fato de a proposta ter como eixo estruturante um itinerário formativo, que articula as diferentes linhas de ação do projeto e permite que todas as atividades sejam desencadeadas a partir da formação, é, sem dúvida, uma inovação. De acordo com Tânia Fisher, a equipe compartilha da compreensão de que os diversos momentos de formação, além de ambientes de ensino e aprendizagem, constituem espaços de sociabilidade e ampliação da cidadania, capazes de fortalecer a identidade e os laços sociais da comunidade e fomentar a participação política e a construção colaborativa de soluções para os problemas do território. Esta metodologia guarda forte relação com o item de sustentabilidade das ações do plano de desenvolvimento territorial, uma vez que visa à preparação dos atores envolvidos para a continuidade das ações, mesmo depois do fim do projeto.

Outro componente de inovação do projeto diz respeito à possibilidade de compartilhar experiências, proporcionada pelo ambiente virtual de aprendizagem (plataforma EAD) que será desenvolvido. Atualmente, todos os conteúdos dos cursos, oficinas, palestras e outras ações de formação estão disponíveis na plataforma digital #Co-labore (endereço: COLABORE.VC), podendo ser utilizados pelos diversos projetos de DIST em outros territórios do país. Assim, esta inovação traz também a dimensão de replicabilidade da proposta: poderão ser compartilhados não só os conteúdos e trilhas curriculares do itinerário formativo, como também as experiências diversas produzidas na e pela comunidade, como documentários, entrevistas e outras atividades que serão registradas em vídeo e disponibilizadas com o propósito de promover a troca de saberes entre os diferentes públicos do Programa Minha Casa, Minha Vida no Brasil.

Para além do impacto positivo provocado nos territórios beneficiados, a plataforma virtual criada poderá ainda ser disponibilizada para outras instâncias de aprendizagem e formação, como universidades, escolas técnicas, centros de formação profissional, entre outros, caracterizando assim uma contribuição do projeto para o país.

O Projeto — que tem duração de 24 meses e encerra-se em dezembro de 2015 — é um dos dez projetos nacionais apoiados pela CEF. Ao final, espera-se ter uma compilação das boas práticas a fim de compor um delineamento metodológico que possa contribuir para construção de políticas públicas na área da habitação social.

Projeto avalia Impacto do Programa Bolsa Família na Tuberculose

Os resultados serão apresentados aos gestores, responsáveis pelos programas de controle da tuberculose e poderão orientar

No período de 2011-2012, ampliou-se um debate internacional sobre o possível impacto das estratégias de proteção social nos indicadores da tuberculose, que é uma doença relacionada à pobreza. Entretanto, naquela época, não existiam muitas evidências de como políticas públicas na área social poderiam contribuir nas ações de combate à tuberculose. Neste período, houve um esforço conjunto de pesquisadores de diversas instituições para a realização de estudos que nos fornecessem estas evidências.

Motivada pelos professores Mauricio Barreto e Susan M. Pereira, a aluna de doutorado Joilda Silva Nery elaborou um projeto com o intuito de avaliar o impacto do Programa Bolsa Família no coeficiente de incidência da tuberculose no Brasil. A pesquisa, que tornou-se objeto de estudo da tese da doutoranda, contou com o apoio da Coordenação do Programa Nacional de Controle da Tuberculose, do Ministério da Saúde.

A equipe de trabalho é composta por: Susan M. Pereira (doutora em Saúde Coletiva, professora do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA e coordenadora geral do projeto); Mauricio L. Barreto (PhD em Epidemiologia, professor titular do ISC/UFBA e pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ/CPqGM); Gerson Penna (pós-doutor em Saúde Coletiva, doutor em Medicina Tropical e professor do Núcleo de Medicina Tropical - Universidade de Brasília); Rosana Aquino (doutora em Saúde Coletiva e professora do ISC/UFBA); Joilda Silva Nery (mestre em Saúde Coletiva e doutoranda no ISC/UFBA); Davide Rasella (mestre e doutor em Saúde Coletiva do ISC/UFBA e pós-doutorando pela FIOCRUZ); além de Ramon Andrade de Souza (mestrando no ISC/UFBA).

Entre os parceiros do projeto estão o Programa Nacional de Controle da Tuberculose do Ministério da Saúde e as professoras Laura Cunha Rodrigues, da London School Hygiene and Tropical Medicine e Maria Lúcia Fernandes Penna, da Universidade Federal Fluminense.

A fonte de financiamento da pesquisa é a Secretaria de Vigilância em Saúde (SVC) do Ministério da Saúde; no ISC, Lene Dias é a responsável por este acompanhamento financeiro. A gestão administrativa e financeira do projeto fica a cargo da FAPEX.

Características do estudo

Está em andamento um estudo ecológico longitudinal, realizado com 2.458 municípios brasileiros que apresentaram, entre os anos de 2004 e 2012, boa qualidade segundo os indicadores de vigilância da tuberculose. As informações sociodemográficas, as coberturas do Programa Bolsa Família e da Estratégia de Saúde da Família, bem como o número de casos novos, internações e óbitos por tuberculose em todas as formas, foram obtidos através de bancos de dados nacionais (Sinan: Sistema de notificação de agravos, SIM: Sistema de Informação de Mortalidade e Dados do IBGE).

Além disso, está sendo realizada, também, uma análise descritiva do estudo. Os pesquisadores estão utilizando a regressão negativa binomial para dados em painel com efeitos fixos com o intuito de avaliar se municípios com maiores coberturas do Programa Bolsa Família reduziram os coeficientes de incidência, internação e mortalidade por tuberculose. As análises estão sendo realizadas por meio do pacote estatístico Stata versão 12. O presente projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Saúde Coletiva/ Universidade Federal da Bahia, com parecer nº 200.900 de 18/12/12 referente ao processo CEP-ISC 077-12 de 13/12/12.

O objetivo geral da iniciativa é avaliar o efeito do Programa Bolsa Família nas estimativas de morbimortalidade por tuberculose no Brasil. Tal propósito será alcançado por meio de quatro objetivos específicos:

novas estratégias, suscitando intervenções sociais desde a transmissão até o desfecho da doença.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Objetivo específico nº 01:	Avaliar o efeito do Programa Bolsa Família no coeficiente de incidência da tuberculose no Brasil entre 2004 e 2012;
Objetivo específico nº 02:	Avaliar o efeito do Programa Bolsa Família nas taxas de internações por tuberculose no Brasil entre 2004 e 2012;
Objetivo específico nº 03:	Avaliar o efeito do Programa Bolsa Família no coeficiente de mortalidade por tuberculose no Brasil entre 2004 e 2012;
Objetivo específico nº 04:	Avaliar o impacto sinérgico do Programa Bolsa Família e da Estratégia de Saúde da Família nos indicadores de morbimortalidade da tuberculose no Brasil entre 2004 e 2012.

Execução do projeto

A principal dificuldade encontrada na execução do projeto tem sido a obtenção dos dados sobre internações hospitalares por tuberculose. Outra dificuldade refere-se às normas que, muitas vezes, dificultam a sua execução, pois não são consideradas as especificidades deste processo.

Segundo a coordenadora do projeto, professora Susan M. Pereira, o processo de pesquisa é muito dinâmico: ocorre, diversas vezes, a entrada de jovens pesquisadores em início de formação acadêmica (Graduação, Mestrado e Doutorado) e incorporação de outros pesquisadores no decorrer do projeto.

“Nós realizamos oficinas conjuntas com outros Departamentos e nestes encontros, muitas vezes, percebemos que há a necessidade de colaboração ou de incorporação de bolsistas que não estavam previstos no plano de trabalho anterior. A produção de conhecimento científico envolve diferentes pesquisadores, cada um com o seu objeto, que se complementam. Estas pessoas nem sempre são identificadas previamente, mas sim durante o desenvolvimento e amadurecimento da proposta. As normas atuais restringem esta possibilidade, condicionando cada pequena mudança à aprovação pelas instâncias da UFBA, impossibilitando a utilização dos recursos destinados ao deslocamento, a exemplo de passagens e diárias, caso estes novos colaboradores não estejam cadastrados desde o início do projeto. O tempo que o pesquisador poderia estar desenvolvendo as questões científicas é gasto, muitas vezes, para atender estas questões burocráticas e tudo isto contribui para dificultar a execução das metas e do alcance da produção de conhecimento de alto nível”, explicou.

Contudo, a pesquisa indica que o Programa Bolsa Família, enquanto uma intervenção social direcionada às populações em situação de pobreza e sob risco de desenvolver a tuberculose, pode estar contribuindo para reduzir os indicadores de morbimortalidade pela doença em municípios com intermediária e alta cobertura do programa. “Até o momento, os resultados preliminares sugerem que municípios com maiores coberturas do Programa Bolsa Família apresentaram uma redução de 3% no coeficiente de incidência da tuberculose entre 2004-2012. A incidência da tuberculose tem declinado nos últimos anos no Brasil e nossos resultados sugerem que o Programa Bolsa Família contribuiu para este quadro”, destacou.

De acordo com a professora Susan Pereira, as metas do projeto foram alcançadas parcialmente. Foram concluídas as etapas referentes à coleta das informações e à construção do banco de dados, mas ainda há muitas ações previstas, conforme o cronograma de atividades abaixo:

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Período	Meta
Janeiro a Dezembro de 2013	Identificar em torno de 70.000 casos de tuberculose/ano no período de 2004 a 2012 e coletar os dados no Sistema de Informações sobre Agravos Notificáveis (SINAN);
Janeiro a Dezembro de 2013	Coletar dados sobre as coberturas municipais e na população elegível do Programa Bolsa Família pela Matriz de Informação Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) no período de 2004 a 2012;
Janeiro a Dezembro de 2013	Coletar dados sobre as coberturas municipais da Estratégia de Saúde da Família pelo Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB) no período de 2004 a 2012;

Janeiro a Dezembro de 2013	Coletar informações socioeconômicas e demográficas pelos dados do Censo populacional de 2000 e 2010, disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, os valores anuais do ano 2004 até o ano 2012, calculados por interpolação e extrapolação linear;
Janeiro de 2013 até o momento; em andamento	Construção, limpeza e análise de consistência do banco de dados;
Marco de 2014 até o momento; em andamento	Identificar em torno de 20.000 internações por tuberculose/ano no período de 2004 a 2012 e coletar os dados no Sistema de Informação Hospitalar (SIH);
Marco de 2014 até o momento; em andamento	Identificar em torno de 4.000 óbitos por tuberculose/ano no período de 2004 a 2012. Estes dados serão obtidos no Sistema de Informação Sobre a Mortalidade (SIM), utilizando os arquivos das Declarações de Óbitos brasileiras individualizadas;
Marco de 2014 até o momento; em andamento	Análise dos dados;
Agosto de 2015 a Fevereiro de 2016	Redação e discussão dos resultados;
Março e Abril de 2016	Elaboração do relatório científico e de prestação de contas.

Desdobramentos da pesquisa

Os resultados do presente estudo, que está inserido no eixo de conhecimento da Saúde Coletiva – Epidemiologia, beneficiarão a sociedade de um modo geral e, sobretudo, os segmentos mais vulneráveis da população. No Brasil, 23,8% dos 70.034 casos novos de tuberculose, ocorridos em 2010, viviam em situação de pobreza e 14,8% receberam o benefício concedido pelo Programa Bolsa Família.

A realização deste projeto trará importantes avanços, também, no que diz respeito ao conhecimento da epidemiologia e dos determinantes sociais da tuberculose. Além disso, a produção de conhecimento no âmbito das políticas de transferência de renda, que é um aspecto inovador, permite atualizar as táticas utilizadas para controlar a doença.

Tais resultados serão apresentados aos gestores, responsáveis pelos programas de controle da tuberculose e poderão orientar novas estratégias, considerando esses determinantes e suscitando intervenções sociais desde a transmissão até os desfechos da doença. Deste modo, os resultados deste estudo poderão subsidiar medidas que favoreçam o controle da tuberculose.

Conforme afirmou a professora Susan, espera-se que os resultados deste projeto contribuam na discussão desta temática e possibilitem a construção de políticas públicas intersetoriais que minimizem o impacto da tuberculose no Brasil e em países em desenvolvimento.

Projeto do ITES/UFBA fortalece as iniciativas de Bancos Comunitários de Desenvolvimento na Região Nordeste

A proposta é apoiar os 20 BCDs já existentes e construir 10 novos BCDs, bem como transferir a metodologia de incubação de BCDs para seis instituições de apoio que trabalham com incubação de empreendimentos de economia solidária.

Voltados à prestação de serviços financeiros solidários em territórios empobrecidos, os Bancos Comunitários de Desenvolvimento são iniciativas de caráter associativo e comunitário. Através da oferta de micro-crédito tanto para a produção e criação de atividades, quanto para o próprio consumo (seja em reais, seja em moedas sociais circulantes locais), os BCDs visam estimular a dinâmica do desenvolvimento de pequenas comunidades, fortalecendo suas economias locais com base numa lógica de endogeneização da renda comunitária.

Com o objetivo de fortalecer as iniciativas de BCDs na Região Nordeste, enquanto práticas de finanças solidárias, a Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal da Bahia (ITES/UFBA) criou o Projeto Banco Comunitário de Desenvolvimento em Rede (Rede BCDs).

Nos últimos três anos, a ITES/UFBA vem executando junto com a FAPEX o projeto Bancos Comunitários de Desenvolvimento na Região Nordeste – BCDs NE, tendo resultados significativos como a criação de seis novos BCDs, o fortalecimento de 20 BCDs já existentes na região, além da transferência metodológica para outras entidades de apoio iniciam ações de incubação de BCDs.

Podem ser elencadas como justificativas deste projeto: primeiro, a necessidade da realização de processos de formação e capacitação dos trabalhadores dos BCDs na região NE, assim como o desenvolvimento de tecnologias para aperfeiçoamento da gestão; segundo, o apoio às comunidades no intuito de organizar seus sistemas locais de finanças solidárias com base na constituição de novos bancos comunitários; terceiro, a necessidade de articulação e aprendizagem coletiva por meio de encontros e intercâmbios entre os BCDs; e quarto, a formação e capacitação de novas entidades de apoio aos BCDs, visando fortalecer o processo de expansão e fortalecimento da rede na região nordeste do Brasil.

Economia Solidária

O sistema socioproductivo capitalista vem ao longo do tempo impelindo o aumento da produção, a renovação das técnicas e, em grande medida, a homogeneização dos costumes e hábitos de consumo. De acordo com Gildásio Santana Júnior (2007), doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia, diante desse cenário, a partir de práticas comunitárias, surgiu um novo modo de organizar as atividades de produção, distribuição, comercialização e consumo de bens e serviços. Este conjunto de práticas é chamado de Economia Solidária. Tal conjunto, além de criticar a estrutura social capitalista, aponta para caminhos que visam ao bem-viver para todos de forma colaborativa, buscando desenvolver novos arranjos, objetivando a satisfação das necessidades do conjunto da população, especialmente aquelas em condições de pobreza e acesso desigual aos recursos da sociedade. A Economia Solidária defende outra lógica de mundo, na qual a competição dá lugar ao relacionamento fraterno, as agressões ao meio ambiente são substituídas por uma convivência mais harmoniosa com a natureza, a atividade laboral das pessoas deixa de ser alienante e desinteressante e passa a ser criativa e fonte de realização.

Segundo Genauto França Filho (2013), coordenador do projeto, dessa forma, ao estimular tanto serviços financeiros solidários (como crédito para a atividade produtiva, crédito para o consumo em moeda social, correspondência bancária e outros serviços financeiros) quanto serviços de natureza educativa, de mobilização e de organização local (assessoria técnica aos empreendimentos, apoio a diferentes estratégias locais de co-

mercialização, formação e capacitação local, apoio aos fóruns de desenvolvimento comunitário, entre outras ações), os BCDs voltam-se acima de tudo para a constituição de redes locais de economia solidária.

São quatro os objetivos específicos do projeto:

Objetivo específico 1:	Realizar assessoria e acompanhamento técnico relativos às atividades de funcionamento e gestão dos BCDs;
Objetivo específico 2:	Criar 10 novos BCDs na região nordeste, através do apoio à constituição e gestão dos mesmos, envolvendo as associações locais e o processo de capacitação de seis entidades de apoio por meio da transferência metodológica de incubação de BCDs;
Objetivo específico 3.:	Fortalecer o processo de articulação em rede dos BCDs, tanto em nível estadual quanto regional e nacional, através de promoção de encontros e intercâmbios, realização de processos formativos e desenvolvimento de ferramentas e instrumentos metodológicos de gestão dos BCDs;
Objetivo específico 4:	Realizar sistematização e avaliação das informações geradas no processo de desenvolvimento das ações do projeto Bancos Comunitários de Desenvolvimento na Região Nordeste – BCDs NE.

Metodologia

De modo geral, como acontece em todos os projetos da ITES/UFBA, o trabalho em equipe e a valorização da participação ativa das comunidades envolvidas permearão todo o processo de gestão e desenvolvimento do projeto, serão realizados dois encontros para discutir o planejamento com a comunidade e avaliar as ações executadas. A demanda formativa dos espaços de construção de conhecimento ligados a um BCD (Comitê de Avaliação de Crédito, Conselho Gestor, atividades de assessoria e acompanhamento técnico) são necessidades permanentes, sendo sua importância diretamente proporcional às características do público envolvido no trabalho de incubação dos BCDs. A formação abrange simultaneamente a dimensão de sociabilidade e a de gestão do conhecimento, na construção de uma cultura do trabalho democrático e autogestionário.

Dentro da metodologia da ITES/UFBA destacam-se as parcerias com entidades locais de apoio, pois elas contribuem no processo de acompanhamento cotidiano das iniciativas dos BCDs. Sendo assim, ao mesmo tempo em que estão sendo formados BCDs, está sendo transferida a metodologia de incubação a essas entidades de apoio em cada estado em que o projeto irá atuar. Os conhecimentos sistematizados durante os anos de experiências adquiridos pela ITES/UFBA são socializados com estas entidades locais para que elas sejam protagonistas na constituição e acompanhamento aos BCDs, assim como na articulação de rede dos BCDs em seus territórios e entre demais experiências no campo das finanças solidárias.

A equipe executora desta proposta conta com a coordenação da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial (ITES/UFBA), a qual possui experiência de atuação no campo da economia solidária e, especificamente, na constituição, apoio e articulação dos bancos comunitários de desenvolvimento.



A gestão do projeto pode ser dividida em duas principais dimensões: a administrativa e a de campo. A administrativa envolve todos os processos pertinentes à execução dos recursos, em conjunto com a equipe da FAPEX, mas também atividades meio, as quais dão suporte às atividades de campo, a exemplo de elaboração de planilhas, listas de frequência, registros diversos, elaboração de relatórios, entre outras. A dimensão do campo envolve o planejamento e a execução de todos os momentos dos técnicos e bolsistas junto dos BCDs e parceiros do projeto, tanto em seus territórios, quanto em outros espaços.

O controle social deste projeto será realizado pelos membros da Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, em especial os membros dos BCDs da região Nordeste, que estarão em diálogo frequente com a ITES/UFBA. Destaca-se a participação dos beneficiários do Projeto Rede BCDs nas fases de planejamento e avaliação, através de encontros realizados com essa finalidade, bem como a participação dos fóruns estaduais e nacional de economia solidária.

Diferentemente das práticas de microcrédito convencionais, orientadas à pessoa ou organização individual, os BCDs preocupam-se com o território ao qual pertencem, seja ele uma comunidade, um bairro, ou um pequeno município. Nesse sentido, os BCDs procuram investir simultaneamente nas capacidades de produção, geração de serviços e consumo territorial. Para tanto, financiam e orientam a construção de empreendimentos socioprodutivos e de prestação de serviços locais, bem como, o próprio consumo local.

Conforme destacou o professor Genauto França Filho, outro aspecto salutar ao funcionamento dos BCDs é a existência de garantia e controle baseados nas relações de proximidade e confiança mútua, ou seja, um BCD considera o cadastro formal do tomador de empréstimo apenas como um registro para o conhecimento de sua vida na comunidade. “O agente de crédito do banco consulta assim a rede de relações de vizinhança como fonte de conhecimento. Por sua vez, a cobrança do crédito ocorre mediante a introdução de um sistema de controle social extremamente inédito: são os próprios moradores do território que passam a exercer um mecanismo de pressão moral sobre os demais”, explicou.

Para compreender melhor o contexto dos BCDs destaca-se quatro características que resumem a especificidade desse tipo de iniciativa: a) a coordenação

do banco e a gestão dos recursos são efetuadas por uma organização comunitária; b) as linhas de microcrédito para a produção e o consumo local pautam-se sob juro justos, que possibilitam a geração de renda e oportunidades de trabalho a toda a comunidade; c) a concessão e cobrança dos empréstimos baseiam-se em relações de vizinhança e domesticidade, impondo um controle muito mais social que econômico; e d) a criação de instrumentos alternativos de incentivo ao consumo local.

Beneficiários

O projeto abrange territórios da Região Nordeste do Brasil, especificamente estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Bahia, caracterizados por condições de pobreza e acesso desigual aos recursos, o que limita as condições de reprodução da vida, da família e de suas comunidades. Portanto, as ações propostas nesse projeto têm a perspectiva de beneficiar, direta ou indiretamente, a população desses territórios. No entanto, considerando o propósito de fortalecimento dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCDs) nessa região, enquanto práticas de finanças solidárias voltadas à geração de trabalho e renda e promoção do desenvolvimento de comunidades, o público-alvo deste projeto constitui-se principalmente por três grupos: primeiro, as pessoas envolvidas na gestão dos BCDs, ou seja, trabalhadores e trabalhadoras dos bancos que são agentes locais de desenvolvimento; segundo, os produtores e comerciantes de mercadoria, produtos e serviços diversos; e terceiro, os moradores das comunidades.

Os agentes de desenvolvimento local são pessoas que têm origem nas próprias comunidades onde atuam os BCDs. Geralmente, são mulheres com histórico de envolvimento e participação comunitária. Os agentes de crédito, responsáveis pela gestão dos BCDs, passarão por um processo de formação técnica e política de modo que se tornem capazes de operar os instrumentos necessários ao controle dos BCDs, além de formação política em mediação social, trabalho indispensável à dinâmica de articulação dos BCDs com a comunidade usuária do sistema de crédito solidário e moeda social. Os principais usuários do sistema são os moradores em geral de cada comunidade, além de produtores e comerciantes de diversos tipos de mercadorias e serviços.

Pode-se caracterizar o referido público por

aquelas pessoas que se encontram em nível insuficiente de acesso a renda para prover condições dignas de vida, como segurança alimentar e nutricional, acesso à educação e qualificação profissional, oportunidade de emprego, serviços públicos de energia elétrica, saúde e moradia, entre outras. Destacam-se, principalmente, os membros de organizações comunitárias e de empreendimentos econômicos solidários que se organizam para realizar atividades produtivas, de prestação de serviço, atividades culturais, de forma individual, familiar ou coletiva.

Cabe apontar, de um modo geral, que as Finanças Solidárias, e especificamente os Bancos Comunitários de Desenvolvimento, têm seu público beneficiário majoritariamente formado por mulheres que vivem em áreas urbanas e rurais.

Outro segmento de atuação dos BCDs refere-se aos territórios das comunidades tradicionais, tais como de quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, comunidades rurais e assentados da reforma agrária. Essas populações não encontram no sistema financeiro tradicional os serviços que necessitam para apoiar o desenvolvimento de suas atividades econômicas. Tais comunidades estão em situação de exclusão financeira.

Com o apoio da FAPEX, a ITES/UFBA participa ativamente da Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento e conseqüentemente busca pautar, junto com esta Rede, as políticas públicas em seus mais diversos âmbitos.

No Estado da Bahia, a ITES/UFBA participa do Conselho Estadual de Economia Solidária. Recentemente, coordenou o GT de Finanças Solidárias que propôs ao Conselho a criação de um edital específico para a área, o qual foi aprovado. Além disso, existe uma articulação com o DESENBAHIA, o Banco de Fomento do Estado, para que haja uma maior aproximação com os BCDs no Estado.

No âmbito nacional, conta-se com 103 BCDs ligados à Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, dos quais a maioria se encontra no Nordeste (NE), graças à propensão deste território em buscar formas inventivas de superar sua condição de fragilidade financeira baseadas no saber local. Este destaque dos BCDs no NE se deve ainda pela ação conjunta da ITES/UFBA com o Instituto Banco Palmas.

Atualmente, os BCDs se encontram em diferentes etapas no seu processo de desenvolvimento e, em geral, enfrentam diversos desafios, tais como: pouca

oportunidade de formação e capacitação, problemas de estrutura física, insuficiência de equipamentos básicos, tecnologias de gestão insuficientes, necessidade de aperfeiçoamento dos seus mecanismos de gestão e, um problema fundamental: a dificuldade de constituição de fundos de crédito.

Contudo, com o projeto de fortalecimento e criação de BCDs na região Nordeste, durante o período de 2010 a 2014, a ITES/UFBA contribuiu com o debate acerca de políticas públicas de economia solidária em diversos estados, tais como Paraíba, Rio Grande do Norte e Piauí, que conseguiram colocar em seus projetos dos governos municipais e estaduais, desenvolvidos em parceria com a SENAES, apoio ao fortalecimento não somente dos Bancos, mas de todo o campo das finanças solidárias.

Rede de cultura e economia solidária fortalece comunidade de Matarandiba

A proposta é gerar trabalho e renda a partir de iniciativas autônomas no próprio território e em cima de atividades voltadas para a resolução de problemas comuns vividos localmente, como fruto de um processo de organização sociopolítico e solidário da região.

Baseada na concepção de que a promoção do desenvolvimento local seria viabilizada pela criação de uma rede de economia solidária — que consiste na criação de empreendimentos e iniciativas de natureza social, política, cultural, econômica e ambiental — surgiu a Rede de Matarandiba. O objetivo é contribuir para uma reorganização da economia, gerando cidadania, trabalho e renda no território.

Segundo o coordenador do projeto, Genauto França Filho, o pressuposto dessa concepção de rede de economia solidária repousa sobre a ideia de que todo território pode ser portador de soluções para os seus próprios problemas, desde que haja conhecimento sobre as reais potencialidades das pessoas e seu local, investindo-se então em sua capacidade de sustentabilidade territorial.

Portanto, ao invés de pensar a geração de trabalho e renda como simplesmente um fator que propicia o aumento da empregabilidade de uma população, por meio do incremento do seu nível de qualificação, como condição suficiente para sua absorção pelo mercado de trabalho (que não é evidente na maioria dos casos), a lógica do presente projeto é outra. Em empreendimentos solidários, o intuito é gerar trabalho e renda a partir de iniciativas autônomas no próprio território e em cima de atividades voltadas para a resolução de problemas comuns vividos localmente.

É importante salientar que tais ações possuem caráter coletivo e, por esta razão, não fazem sentido algum existirem isoladamente. Elas devem ser pensadas como uma rede de economia solidária promotora do desenvolvimento local. “É precisamente a constituição de tal rede, e sua gestão compartilhada por todos os moradores, que permite reorganizar o funcionamento da economia do lugar e obter um modo de regulação territorial mais justo para todos, sustentável para as gerações seguintes e viabilizador do potencial existente no próprio local”, complementou o professor Genauto.

Nesse sentido, a proposta desse projeto é redesenhar a organização da economia local e seu funcionamento ou modo de regulação, com vistas: a) ao reforço do seu tecido de relações de sociabilidade (dimensão social); b) ao resgate e valorização da sua memória histórico-cultural (dimensão cultural); c) ao fortalecimento da capacidade cidadã das pessoas através da organização associativista (dimensão política); d) à preservação e uso sustentável dos seus próprios recursos naturais (dimensão ambiental); e e) à constituição de tecnologia socialmente apropriada pela população local (dimensão de gestão).

A concepção de outra economia que se pretende experimentar através desse projeto, além de um grande aprendizado, conduz à construção de formas reais de enfrentamento da falta de trabalho por meio de uma rede socioprodutiva de empreendimentos interligados num propósito mais humano de produção e apropriação dos bens, isto é, de circulação de riquezas conforme a necessidade da comunidade. Neste intuito, enfatiza-se a dimensão educativa do projeto, que se traduz na importância do fortalecimento de uma ação ou dimensão política no bairro, através da maior organização e reforço do seu tecido associativista, o que permite um real empoderamento da comunidade em torno dos seus problemas comuns.

De todo modo, conforme explicou o professor Genauto, uma proposta de transformação territorial não acontece “da noite para o dia” e ainda requer três aspectos absolutamente indissociáveis: a) amplo conhecimento de todos sobre a realidade do seu território; b) planejamento do próprio processo de construção da rede de economia solidária para o desenvolvimento local; e c) capacitação e participação direta dos moradores, enquanto atores e protagonistas do seu processo de desenvolvimento.

Beneficiária do projeto

A comunidade de Matarandiba é a principal beneficiária do projeto. Embora faça parte do município de Vera Cruz, Matarandiba é uma ilha separada por um pequeno braço de mar, com menos de mil habitantes. A vila possui uma débil infraestrutura, visto que os serviços de eletricidade, saneamento e tratamento do lixo são bastante precários. A comunidade vem sofrendo uma crescente degradação ambiental, a qual é agravada pela alta sazonalidade de ocupação desta região turística, por um lado, e pela pesca predatória, por outro. No período de alta estação, as casas de moradores e veranistas são totalmente ocupadas e a vila não oferece uma infraestrutura suficiente ao público visitante, o que agrava o processo de degradação da natureza por conta de maus hábitos e falta de consciência ambiental.

A economia local está associada à atividade pesqueira, dado a existência de uma grande extensão de mangue na região, que acontece de forma predatória pela utilização de bombas. Esta atividade não é suficiente para impulsionar a geração de emprego e renda para os habitantes locais. No tocante à educação, grande parte da população é semi-analfabeta. Existem duas escolas, uma de alfabetização e outra com turmas de 1ª a 4ª série, porém, os recursos didáticos são escassos e a população de baixa renda não possui acesso aos materiais necessários, o que compromete a qualidade do ensino.

De acordo com os relatórios do Projeto Ecosmar (2008), não existem muitos relatos escritos que ajudam a contar a origem da comunidade. Segundo relatos orais de moradores, constantes no Projeto Ecosmar (2008), Matarandiba era uma pequena vila de trabalhadores rurais e pescadores, cujas habitações eram bastante simples, sem acesso a serviços de água encanada e energia elétrica. Naquele período, o principal meio de transporte eram embarcações (os navios João das Botas e Visconde de Cairu), que levavam mercadorias e transportavam pessoa para as cidades de Salvador, Nazaré e Jaguaripe.

Esse modo de vida começou a ser alterado a partir da segunda metade da década de 70, quando a indústria química descobriu grandes jazidas de sal-gema no subsolo do município de Vera Cruz. No ano de 1977, a The Dow Chemical Company (Dow), companhia multinacional com sede nos Estados Unidos (EUA), deu início à exploração do mineral, instalando sua unidade de mineração nas imediações da comunidade de Matarandiba. A empresa Dow adquiriu o direito de lavra subterrânea do minério e comprou cerca de 90% das terras da Ilha de Matarandiba.

Muito embora diversas consequências tenham sido apontadas pelos moradores, a chegada da Dow trouxe melhorias de infraestrutura, tais como transporte, que passou a ser terrestre, apoio às escolas locais e aos serviços de saúde, além do acesso à energia elétrica e à água encanada (PROJETO ECOSMAR, 2008).

Em maio de 2007, a Dow fez um convite à Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Universidade Federal da Bahia (ITES/UFBA) para elaborar um projeto de desenvolvimento local com a comunidade. A instituição foi convidada pelo fato de a Dow tomar conhecimento do projeto que ela vinha desenvolvendo na comunidade de Santa Luzia, em Simões Filho/BA. Essa experiência inspirou a construção de soluções para as problemáticas vividas em Matarandiba. Assim, dessa articulação entre a comunidade, a Dow e a ITES/UFBA, foi iniciado, em agosto de 2007, o Projeto Economia Solidária e Sustentável de Matarandiba.

A equipe de trabalho é composta por Genauto França Filho, Débora Dourado, Iago Itã, Diana Rode e Elenita Barbosa. Entre os parceiros desta iniciativa estão a Dow Brasil, a Superintendência de Economia Solidária (SESOL/SETRE), a Caixa Econômica Federal (CEF), a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE), a FINEP, o Ministério do Turismo (MTur), o Instituto de Biologia da UFBA e o NEPA/UFBA.

O projeto conta com o financiamento da Dow Brasil, da SESOL/SETRE, da CEF, da SENAES/MTE, da FINEP e do MTur. A Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão (FAPEX), além de apoiar a iniciativa, é responsável pela administração dos recursos.

Ações realizadas

Na primeira fase do projeto, durante os anos de 2007 e 2008, foram realizadas as seguintes ações: diagnóstico socioeconômico e mapeamento da produção e consumo; relatório sobre a caracterização histórico-cultural; oficinas de reestruturação associativa; e experimentação de duas novas iniciativas: o Banco Comunitário de Desenvolvimento Ilhamar e o Infocentro Comunitário Infomar.

Em seguida, durante os anos de 2008 e 2009, os aportes de recursos por parte da Dow, como meio de financiamento do projeto, se ampliaram e permitiram a continuidade dos trabalhos da ITES/UFBA na comunidade de Matarandiba. Essa segunda etapa buscou consolidar as primeiras iniciativas e ampliar as ações em direção à construção da rede local de economia solidária, como o apoio ao surgimento da Associação Sociocultural de Matarandiba (Ascomat), que teve um papel fundamental no resgate das manifestações culturais; ao grupo de artesanato Artesoma, que logo depois se desfez; e ao Grupo de Produção Agroecológica de Alimentos, que deu início às atividades de produção de legumes e hortaliças com objetivo de comercializar a produção na comunidade (PROJETO ECOSMAR, 2009).

Mais tarde, nos anos de 2009 e 2010, com o andamento e desenvolvimento das iniciativas da Rede de Matarandiba, se apoiou a constituição do Fórum de Desenvolvimento Comunitário de Matarandiba (FDCM), que se propôs a ser um espaço de discussão das problemáticas locais e de articulação das diversas representações da comunidade e de diálogo com instituições parceiras e com o poder público (PROJETO ECOSMAR, 2010).

Nos anos seguintes, de 2011 a 2012, as articulações se multiplicaram e as associações Ascoma e Ascomat passaram a assumir a gestão de novos projetos que se integravam à Rede de Matarandiba, participando, inclusive de modo exitoso, de concorrências públicas de editais. A Ascomat, que já tinha dois de seus projetos aprovados em editais do Ministério da Cultura (MINC) e da Secretaria de Cultura da Bahia (SECULT/BA), ambos para fortalecer as manifestações culturais da comunidade, teve aprovados mais dois novos projetos, um em edital da Fundação Pedro Calmon da SECULT/BA, para criação de pontos de leitura, e outro no Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM/MINC), para criação de museus comunitários. Com esses projetos aprovados, a Ascomat fundou o Ponto de Leitura Tia Dazinha e o Ponto de Memória Tia Dina, cujos nomes homenageiam a personalidades importantes para vida educacional e cultural da comunidade.

A Associação Comunitária de Matarandiba (Ascoma), por sua vez, obteve êxito em dois editais de apoio a projetos voltados à área da pesca e aquicultura: um edital da SESOL/SETRE e outro da CEF. Isso permitiu a implantação de um empreendimento de ostreicultura familiar (cultivo de ostras) e, em seguida, a aproximação com a Rede de Ostreicultura Familiar Solidária da Bahia, da qual fazem parte 12 comunidades. Ainda em outro edital da própria SESOL/SETRE, a Ascoma teve um projeto aprovado para implantação de uma padaria e um mercadinho comunitário (que ainda não foram implantados) e uma rádio comunitária (Rádio a Voz da Terra), que já se encontra em funcionamento.

Foi assim que o projeto chegou ao ano de 2012, contando com aporte de recursos de várias fontes e, com isso, reduzindo a dependência de recursos oriundos da Dow. A ITES/UFBA está dando continuidade ao processo permanente de formação e capacitação dos membros dos empreendimentos, muito embora já tivesse formado várias lideranças, sem, necessariamente, criar relações de dependência por conta desse acompanhamento. Nesse sentido, a ITES/UFBA passou a se colocar mais como um parceiro do que como uma entidade que dirige as ações.

O atual processo de conformação da Rede de economia solidária de Matarandiba consiste no fortalecimento do conjunto de organizações de naturezas diversas que fazem parte da Rede, são elas: Associação Comunitária de Matarandiba (Ascoma), Associação Sociocultural de Matarandiba (Ascomat), Ponto de Leitura Tia Dazinha, Ponto de Memória Tia Dina, Rádio Comunitária a Voz da Terra, Cineclubes Cinemar, Banco Comunitário de Desenvolvimento Ilhamar (BCDI), Infocentro Comunitário de Matarandiba (Infomar), Grupo de Produção Agroecológica de Alimentos, Grupo de Ostreicultura Familiar e Fórum de Desenvolvimento Comunitário de Matarandiba (FDCM).

A Rede de Economia Solidária de Matarandiba terá seus contornos definidos ao final desta etapa de intervenção, uma vez que a identificação das iniciativas ou empreendimentos a serem constituídos é fruto justamente do diagnóstico da realidade local através do mapeamento de Matarandiba. De todo modo, o embrião da Rede já começou a ser gestado através da constituição de três iniciativas articuladas, podendo compartilhar inclusive um mesmo espaço físico: o banco comunitário, o infocentro e a reestruturação associativa. Tais iniciativas representam um exercício prático concreto da comunidade na construção da sua rede solidária.

Esses empreendimentos atuam no intuito de fortalecer a Rede de Matarandiba, por meio da oferta de produtos e serviços e na perspectiva de soluções para os problemas vividos na comunidade, desde o acesso ao microcrédito solidário para produção e consumo, passando por produtos da cesta básica, até serviços de transporte, microinformática, além de ações dedicadas às manifestações culturais, ao debate público local, à formação e capacitação, ao esporte, ao lazer, dentre outros.

Como forma de envolver os próprios moradores na gestão e condução das iniciativas, o Projeto atua com a participação de agentes locais (moradores da comunidade) que recebem uma bolsa-auxílio, com exceção das agentes de crédito do BCD Ilhamar que, através das articulações dos projetos, são contratadas em regime celetista.

O BCD Ilhamar é um empreendimento que compõe a Rede Matarandiba. A formação dessas redes locais é a principal estratégia de gestão do desenvolvimento dos territórios utilizada pela ITES/UFBA, sendo os BCDs um elo fundamental na dinâmica da Rede, a partir do qual os diferentes instrumentos de finanças solidárias e demais empreendimentos são criados com base nas demandas do território e em decisões coletivas.

Entre as dificuldades encontradas para consecução de seus objetivos, estão as fragilidades sociais e econômicas da comunidade, em especial o baixo nível educacional, além da continuidade de ações que apóiem financiamento para as iniciativas propostas pelo projeto na comunidade.

Desde o início do projeto, diversos artigos, dissertações, teses e estudos de caso foram publicados sobre o projeto, com o objetivo de compartilhar com a comunidade acadêmica a iniciativa exitosa.

Referências:

<http://www.adm.ufba.br/pt-br/publicacao/gestao-coletiva-bens-comuns-experiencia-bancos-comunitarios-desenvolvimento-caso>



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO 2014

Acompanhadas do Relatório do Auditor Independente

Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão – FAPEX

Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 acompanhadas do Relatório do Auditor Independente

Abril, 2015

Salvador (BA), 20 de abril de 2015.

Aos Administradores da

FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E À EXTENSÃO - FAPEX

Examinamos as demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E À EXTENSÃO – FAPEX (“Entidade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do superávit (déficit) do exercício, do superávit (déficit) abrangente, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da FAPEX é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), e ainda em observação aos preceitos da Resolução 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade – ITG 2002 – Entidades sem Finalidades de Lucros, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva

Antecipação de recursos a projetos

Devido à insuficiência de controles que permitam conciliar os saldos contábeis ativos e passivos associados aos projetos gerenciados pela FAPEX com os respectivos controles extra contábeis que permitam segregar

os saldos bancários pertencentes aos projetos daqueles pertencentes à própria FAPEX, não foi possível concluir sobre a adequação do saldo de R\$ 34.386.206 (Trinta e quatro milhões, trezentos e oitenta e seis mil, duzentos e seis Reais), sendo R\$ 12.348.532 (Doze milhões, trezentos e quarenta e oito mil, quinhentos e trinta e dois Reais) classificados como empréstimos a projetos e R\$ 21.347.143 (Vinte e um milhões, trezentos e quarenta e sete mil, cento e quarenta e três Reais) classificados como projetos com saldos devedores, ambos referentes à rubrica “Antecipação de recursos a projetos”, conforme apresentado na nota explicativa nº 5.

Adicionalmente, não existem documentos formais ou confissões de dívida que suportem parte significativa dos valores registrados a título de “Antecipação de Recursos a Projetos” relativos aos recursos próprios da FAPEX emprestados aos projetos para cobertura dos seus gastos, no montante de R\$ 34.386.206 (Trinta e quatro milhões, trezentos e oitenta e seis mil, duzentos e seis Reais) em 31 de dezembro de 2014. Não existem evidências de que os valores emprestados serão ressarcidos à Fapex pelos financiadores dos projetos e não existe qualquer provisão para eventuais perdas com a realização destes valores.

Provisão para encargos de projetos

Conforme descrito na nota explicativa nº 11, a “Entidade” adota o critério de constituir provisões para prováveis perdas decorrentes de passivos contingentes associados a processos cíveis, tributários e trabalhistas nos quais é ré, bem como para futuros passivos que possivelmente se constituirão quando do encerramento dos projetos. Não foi possível concluir quanto à adequação do montante de R\$ 13.182.956 (Treze milhões, cento e oitenta e dois mil, novecentos e cinquenta e seis Reais) que a “FAPEX” possui registrado contabilmente para cobrir estes futuros passivos associados ao desfecho dos projetos em andamento apresentado na rubrica de “Provisão para Encargos de Projetos” no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2014.

Recursos vinculados a projetos

Conforme descrito na nota explicativa nº 12, a “Entidade” possui registrado no seu balanço patrimonial recursos recebidos das entidades financiadoras e ainda não aplicados em Projetos de Pesquisa, Extensão, Serviços Administrativos e Especiais, vinculados ou livres. Devido à inexistência de controles satisfatórios que permitam conciliar os saldos contábeis ativos e passivos associados aos projetos gerenciados pela FAPEX com os respectivos controles extra contábeis que permitam segregar os saldos bancários pertencentes aos projetos daqueles pertencentes à própria FAPEX, não foi possível concluir sobre a adequação do saldo de R\$ 54.659.476 (Cinquenta e quatro milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e setenta e seis reais) em 31 de dezembro de 2014, apresentado pelo valor líquido dos gastos já efetivados na execução dos projetos.

Adicionalmente, os recursos dos projetos estão, em sua totalidade, classificados no ativo circulante, apesar de existirem projetos com prazo de vigência acima de 12 meses. A “Entidade” não dispõe de controles suficientes para segregação do saldo que deve ser apresentado no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2014.

Bloqueios e Depósitos judiciais

A Entidade possui registrado como bloqueios e depósitos judiciais, no ativo não circulante, um montante de R\$ 4.822.729 (Quatro milhões, oitocentos e vinte e dois mil, setecentos e vinte e nove reais) o qual diverge da posição apresentada pelos assessores jurídicos que informaram sobre a existência de bloqueios e depósitos judiciais no montante de R\$ 7.274.433 (sete milhões, duzentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e três reais). Devido à inexistência de análises e conciliações entre as posições apresentadas, não foi possível concluir quanto à adequação do saldo contábil demonstrado no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2014.

Receitas

A Entidade não possui controles adequados para o registro das receitas de taxas administrativas dos projetos com duração superior a um exercício social, pelo regime de competência. Desta forma as receitas registradas no exercício de 2014 encontram-se reconhecidas pelo regime de caixa o que difere das práticas

contábeis adotadas no Brasil, as quais requerem o reconhecimento das receitas e despesas com base no regime de competência.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto aos prováveis efeitos dos ajustes decorrentes dos assuntos descritos nos parágrafos do item Base para opinião com ressalva, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E À EXTENSÃO – FAPEX em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1.000) e com os preceitos da Resolução 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade – ITG 2002 – Entidades sem Finalidades de Lucros .

Ênfases

Criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH

Conforme descrito na nota explicativa nº 11, a Lei Federal nº 12.550 de 15 de dezembro de 2011 criou a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH, cuja uma de suas competências é prestar serviços de apoio ao processo de gestão dos hospitais universitários e federais e a outras instituições congêneres, o que atualmente é realizado por meio das Fundações de Apoio como a FAPEX. Adicionalmente, conforme mencionado na nota explicativa nº 1, o Ministério da Educação, através da portaria nº 208 de 13 de março de 2015, instituiu o dia 31 de dezembro de 2015 como prazo máximo para que os serviços de gestão atualmente prestados pelas Fundações de Apoio passem a ser efetivados pela EBSEH.

Desta forma, existem incertezas quanto aos efeitos sobre a situação financeira e patrimonial da “FAPEX” decorrentes do processo de transição para a EBSEH dos profissionais atualmente alocados nos Hospitais atualmente geridos pela “Entidade”. Nossa opinião não contém ressalva quanto a este assunto.

Comparabilidade das Demonstrações do Superávit (Déficit) dos Exercícios

Com o objetivo de atender aos procedimentos contábeis previstos na Resolução 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade - ITG -2002 – que trata das Entidades sem Finalidade de Lucro, a Administração da “FAPEX” passou a reconhecer na demonstração do superávit do exercício de 2014 os valores referentes aos serviços prestados à “Entidade” por voluntários e os valores das receitas e despesas associadas à execução dos projetos. Tendo em vista que não foi possível obter as informações necessárias para reajustar, quando aplicável, os saldos das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Demonstração do Superávit do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não é comparável com o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, como requerem as normas contábeis.

Outros assuntos

Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2013

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentadas para fins comparativos, foram por nós auditadas e o nosso relatório de auditoria datado de 17 de abril de 2014 continha ressalvas quanto: (i) ao controle de recursos de projetos, (ii) às provisões para encargos e contingências trabalhistas, e (iii) ao atendimento à Resolução 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade – ITG-2002 –Entidades sem Finalidades de Lucros e ênfases relacionadas aos mesmos assuntos deste relatório .

Salvador, 20 de abril de 2015.

PERFORMANCE - AUDITORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL S/S - CRC-2BA – 00710/O
JOSÉ RENATO MENDONÇA - CRC-1BA 9.709/O-9

FAPEX – FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E À EXTENSÃO
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
(Valores em Reais, centavos omitidos)

ATIVO	2014	2013
CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	31.184.984	34.680.985
Recursos vinculados a projetos	59.535.655	57.948.220
Antecipações de recursos à projetos	34.386.206	22.233.780
Créditos a receber	0	4.367
Outros adiantamentos	926.694	872.670
Despesas antecipadas	36.200	89.186
Total do circulante	126.069.739	115.829.208
NÃO CIRCULANTE		
Bloqueio e Depósitos Judicial	4.822.729	2.272.528
Investimento	2.682.500	2.682.500
Imobilizado	553.925	602.333
Total do não circulante	8.059.154	5.557.361
Total do ativo	134.128.893	121.386.569

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FAPEX – FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E À EXTENSÃO

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores em Reais, centavos omitidos)

PASSIVO	2014	2013
CIRCULANTE		
Fornecedores	5.077.199	2.765.008
Obrigações sociais e fiscais	7.598.667	5.269.298
Provisão para encargos de projetos	54.469.416	43.502.467
Recursos de projetos	54.659.476	60.135.942
Outras contas a pagar	229.446	194.543
Total do circulante	122.034.204	111.867.258
NÃO CIRCULANTE		
Provisão de contingência	7.248.867	7.307.315
Total do não circulante	7.248.867	7.307.315
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Fundo Patrimonial	6.238.353	6.238.353
Déficit acumulado	(1.392.531)	(4.026.357)
Total do circulante	4.845.822	2.211.996
Total do Passivo e PL	134.128.893	121.386.569

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FAPEX – FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E À EXTENSÃO

DEMONSTRAÇÕES DOS SUPERÁVITS/DEFICITS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores em Reais, centavos omitidos)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	2014	2013
RECEITAS	159.907.962	-
Associadas a Projetos (nota 20)		
Próprias		
Serviços	8.663.138	7.125.140
Serviços Voluntários (nota 15)	330.616	
Ressarcimento de despesas (nota 16)	180.392	31.832
Outras receitas operacionais	278.862	1.430.429
Total das Receitas	169.360.970	8.587.401
DESPESAS		
Associadas a Projetos (nota 20)	(159.907.962)	
Próprias		
Pessoal (nota 17)	(5.358.739)	(5.423.887)
Gerais e administrativas (nota 18)	(4.524.639)	(4.153.556)
Serviços Voluntários (nota 15)	(330.616)	-
Depreciação e amortização	(179.086)	(189.133)
Financeiras, líquidas	4.049.684	1.008.219
Glosas de projetos (nota 19)	(472.386)	(185.294)
Outras	(3.400)	(18.685)
Total das Receitas	(166.727.144)	(8.962.336)
Superávit/Déficit do exercício	2.633.826	(374.935)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FAPEX – FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E À EXTENSÃO

DEMONSTRAÇÕES DOS SUPERÁVITS/DÉFICITS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores em Reais, centavos omitidos)

	2014	2013
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO	2.633.826	(374.935)
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		
Ajuste de Avaliação de Propriedade para Investimento	-	2.439.194,00
SUPERÁVIT (DÉFICIT) ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	2.633.826	2.064.259

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FAPEX – FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E À EXTENSÃO

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores em Reais, centavos omitidos)

	FUNDO PATRIMONIAL	SUPERÁVIT (DÉFICIT) ACUMULADO	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2012	3.799.159	-3.651.422	147.737
Ajuste de avaliação de propriedade para investimento	2.439.194		2.439.194
Déficit do Exercício		-374.935	-374.935
Saldo em 31 de dezembro de 2013	6.238.353	-4.026.357	2.211.996
Déficit do Exercício		2.633.826	2.633.826
Saldo em 31 de dezembro de 2014	6.238.353	-1.392.531	4.845.822

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

FAPEX – FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E À EXTENSÃO

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores em Reais, centavos omitidos)

	2014	2013
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit ou (Déficit) Líquido do Exercício	2.633.826	(374.935)
Ajustes para reconciliar o superávit do exercício com os recursos provenientes das atividades operacionais		
Depreciação e Amortização	179.086	189.133
		927
Superávit (Déficit) Ajustado	2.812.912	(184.875)
Varição do Ativo Circulante		
Recursos Vinculados a Projetos	(1.587.435)	6.950.049
Antecipação de recursos a projetos	(12.152.425)	(5.715.527)
Créditos a receber	4.367	1.776.192
Outros Adiantamentos	(54.025)	(108.747)
Despesas Antecipadas	52.986	(89.186)
Total das variações do Ativo Circulante	(13.736.532)	2.812.781
Varição do Passivo Circulante		
Fornecedores	2.312.191	1.226.699
Obrigações Sociais e Fiscais	2.329.369	332.203
Provisão para encargos de projetos	10.966.949	15.483.549
Provisão para contingências	(58.448)	(1.846.921)
Recursos de projetos	(5.476.466)	(7.030.104)
Outras contas a pagar	34.903	122.120
Total das variações do Passivo Circulante	10.108.498	8.287.546
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	(815.122)	10.915.452
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Atividades de Investimento		
Imobilizado Líquido	(130.678)	(485.628)
Bloqueios Judiciais - Não Circulante	(2.550.201)	(1.306.322)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	(2.680.879)	(1.791.950)
Fluxo Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(3.496.001)	9.123.502
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	34.680.985	25.557.483
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	31.184.984	34.680.985
Fluxo Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	(3.496.001)	9.123.502

FAPEX – FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E À EXTENSÃO

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores em Reais, centavos omitidos)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão – FAPEX é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, financeira e administrativa, criada por iniciativa da Universidade Federal da Bahia - UFBA em 28 de abril de 1981, com prazo de duração indeterminado, e tem como objetivos: apoiar os trabalhos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos prioritariamente pela UFBA ou por qualquer outra Instituição de Ensino Superior (IES); incentivar o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural da região, além de cooperar com outras instituições da sociedade, na sua área de competência.

Para atingir os seus objetivos, a FAPEX apoia diversos projetos através de contratos e convênios. Esses projetos podem ser de natureza vinculada ou livre. Os projetos vinculados são aqueles que possuem conta corrente própria, os gastos são previamente definidos, e existe a necessidade de prestação de contas ao agente financiador dos recursos financeiros recebidos para aplicação nos projetos, conforme exigência do contrato ou convênio. Os projetos livres são aqueles que não possuem conta corrente específica, não existindo, em alguns casos de projetos livres, a necessidade de prestação de contas da utilização dos recursos ao agente financiador, sendo seus recursos gerenciados nas contas de movimento da própria FAPEX.

Por se tratar de “Instituição de Educação” sem fins lucrativos, a FAPEX é imune a impostos e isenta das contribuições sociais, nos termos da Constituição Federal, Artigo 150, parágrafo VI, item C.

O artigo 19 do Estatuto Social determina que deliberada a extinção da Fundação (nos casos previstos em lei, por decisão de 2/3 dos membros do Conselho Deliberativo) o seu patrimônio será destinado e incorporado a uma entidade voltada ao ensino, à pesquisa e à extensão.

A Fundação faz o recolhimento dos encargos trabalhistas patronais incidentes sobre a folha de pagamento de seus funcionários. O Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF é registrado de acordo com os valores retidos pelas Instituições Financeiras. A Fundação não recolhe a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), devido às razões mencionadas no parágrafo anterior.

A FAPEX obtém suas receitas essencialmente através da cobrança das taxas administrativas dos projetos e convênios que gerencia. Adicionalmente, as suas despesas e custos estão diretamente relacionados com o ônus da mão-de-obra do corpo técnico que apoia suas atividades operacionais e com os materiais de manutenção patrimonial e administrativa necessários ao seu funcionamento.

Convênio do Complexo Hospitalar de Saúde da UFBA

Em 23 de outubro de 2007 a Entidade assinou o contrato nº 48/2007 (posteriormente complementado com o contrato nº 27/2009) com a Universidade Federal da Bahia – UFBA, tendo como objeto dar apoio às ações dos estabelecimentos de saúde: HUPES – Hospital Universitário Professor Edgard Santos, CPPHO – Centro Pediátrico Professor Hosannah de Oliveira, MCO – Maternidade Climério de Oliveira, Departamento de Imunologia do ICS – Instituto de Ciências da Saúde, Faculdade de Odontologia, SMURB – Serviço Médico Universitário Rubens Brasil, Hospital Ana Néri e a Faculdade de Farmácia, para melhoria da qualidade dos serviços prestados à população, melhoria da qualidade de ensino e outros aspectos que tornem esses estabelecimentos de saúde efetivos instrumentos assistenciais de apoio ao SUS – Sistema Único de Saúde.

O contrato teve preço global de R\$ 29.400.000 (vinte e nove milhões e quatrocentos mil reais) e foi publicado no Diário Oficial da União no mesmo dia da sua assinatura. Após essa data o contrato foi alterado, conforme segue:

- **Primeiro aditivo:** Em 29 de janeiro de 2008 foi assinado o primeiro termo aditivo acrescentando o valor do contrato em R\$ 18.500.000 (dezoito milhões e quinhentos mil reais) e adicionando o Hospital Ana Nery entre as instituições assistidas.
- **Segundo aditivo:** Em 01 de outubro de 2008 foi assinado o segundo termo aditivo ao contrato nº 48/2007, prorrogando-o por mais um ano de vigência.

Contrato complementar nº27/2009:

Em 30 de setembro de 2009 foi assinado contrato complementar, excluindo o estabelecimento de saúde SMURB – Serviço Médico Universitário Rubens Brasil. O contrato nº 27/2009 teve valor estipulado em R\$ 93.000.000 (noventa e três milhões de reais), a ser repassado em doze parcelas. A vigência do contrato é de um ano, a partir da data de sua assinatura e o mesmo foi publicado no Diário Oficial da União no dia 23 de novembro de 2009.

- **Primeiro aditivo:** Em 13 de setembro de 2010 foi assinado o primeiro termo aditivo ao contrato nº 27/2009, prorrogando-o até 29 de setembro de 2011.
- **Segundo aditivo:** Em 17 de dezembro de 2010 foi assinado o segundo termo aditivo, acrescentando 25% ao valor original do contrato nº 27/2009 que corresponde a R\$ 23.250.000 (vinte e três milhões, duzentos e cinquenta mil reais), totalizando R\$ 116.250.000 (cento e dezesseis milhões, duzentos e cinquenta mil reais).

Contrato complementar nº 01/2011:

Em 22 de março de 2011 foi assinado novo contrato complementar, excluindo o estabelecimento de saúde CHS – Complexo Hospitalar de Saúde. O contrato nº 01/2011 teve valor estipulado em R\$ 119.466.000 (cento e dezenove milhões quatrocentos e sessenta e seis mil de reais), a ser repassado em doze parcelas. A vigência do contrato é de um ano, a partir da data de sua assinatura.

Contrato complementar nº 01/2012:

Em 15 de junho de 2012 foi assinado novo contrato de apoio às ações da UFBA através do CHS – Complexo Hospitalar de Saúde. O contrato nº 01/2012 teve valor estipulado em R\$ 163.778.720 (cento e sessenta e três milhões, setecentos e setenta e oito mil, setecentos e vinte reais), a ser repassado em doze parcelas. A vigência do contrato é de um ano, a partir da data de sua assinatura. Em 2013 este convênio foi aditivado por mais um ano.

Em 31 de julho de 2014 foram assinados termos aditivos referentes aos projetos do Complexo Hospitalar de Saúde, vinculados ao contrato complementar nº 01/2012, prorrogando o prazo de encerramento dos mesmos por mais um ano, além do acréscimo do montante de R\$ 170.076.872 (Cento e setenta milhões, setenta e seis mil, oitocentos e setenta e dois reais) ao valor contrato. Atualmente o valor acumulado do contrato complementar de nº 01/2012 equivale a um total de R\$ 497.416.932 (Quatrocentos e noventa e sete milhões, quatrocentos e dezesseis mil, novecentos e trinta e dois reais).

O contrato complementar de serviços de apoio ao Complexo Hospitalar e de Saúde da UFBA de nº 01/2012 é o maior projeto da FAPEX em termos financeiros. Ao todo são 05 (cinco) subcontratos vinculados ao contrato complementar de nº 01/2012, os quais estão previstos para serem encerrados em 31 de julho de 2015. A Fundação de Apoio a Pesquisa e a Extensão – FAPEX está negociando junto a UFBA, a prorrogação destes prazos através de termo aditivo.

Através da Lei nº 15.550/2011 foi criada a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH, cuja uma de suas competências é prestar serviços de apoio ao processo de gestão dos hospitais universitários e federais e a outras instituições congêneres

O ministério da Educação através da portaria nº 208, de 13 de março de 2015, instituiu o dia 31 de dezembro de 2015, como prazo máximo para que as Fundações de Apoio, como é o caso da FAPEX, que prestam serviços de gestão nos Hospitais Universitários Federais, sejam substituídas pela EBSAH, de forma que

deverão ser extintos os vínculos empregatícios de todos os atuais colaboradores alocados na prestação de serviços a estes Hospitais.

2. BASE PARA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis estabelecidas na Norma Brasileira de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1000), aprovada pela resolução nº 1.255/09 do Conselho Federal de Contabilidade, observando-se ainda os preceitos da Resolução 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade – ITG 2002 – Entidades sem Finalidades de Lucros.

2.1 Apuração do déficit, ativos e passivos circulantes e não circulantes

O superávit (déficit) do exercício, apurado pelo regime de competência, inclui o efeito líquido dos rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices contratuais ou legais, incidentes sobre ativos e passivos, bem como, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para valores de realização.

2.2 Uso de estimativas

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Os principais valores estimados decorrem da seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, das provisões para passivos contingentes e devedores duvidosos. Os valores efetivamente realizados podem apresentar variações em relação às estimativas.

A Entidade revisa as estimativas e premissas periodicamente, alterando-as sempre que necessário.

2.3 Caixa e equivalentes a caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A “Entidade” considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.4 Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

A depreciação é reconhecida de modo a alocar o custo dos ativos, ao longo de suas vidas úteis estimadas, utilizando-se o método linear. As taxas anuais usadas para a depreciação do imobilizado estão demonstradas a seguir:

Imóveis	4%
Sistema aplicativo de software	20%
Instalações	10%
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10%
Benfeitorias em propriedades de terceiros	20%
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de informática	20%

Se houver indicação de mudança significativa na vida útil ou no valor residual de um ativo, a depreciação desse ativo é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas.

2.5 Contas a pagar a fornecedores

Contas a pagar a fornecedores são obrigações com base em prazos normais de crédito e não estão sujeitas a juros.

2.6 Recursos vinculados a projetos

São registrados em conta de passivo circulante em contrapartida dos numerários depositados em contas bancárias (corrente e aplicação), não afetando o resultado do exercício. Os recursos são também afetados pelo rendimento financeiro decorrente das aplicações dos numerários.

Os saldos remanescentes correspondem à soma dos recursos recebidos e ainda não aplicados nos projetos. Os registros contábeis nessas contas obedecem ao regime de caixa, sendo somente provisionadas as notas fiscais de serviço que possuem retenção de impostos.

2.7 Provisões

a) Geral

Provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Entidade espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do superávit (déficit), líquida de qualquer reembolso.

b) Provisões para riscos tributários e trabalhistas

A Entidade é ré em diversos processos judiciais e administrativos, principalmente de natureza trabalhista. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.8 Reconhecimento de receitas

a) Receitas de serviços

Correspondem à remuneração cobrada pela FAPEX sobre a assessoria técnica prestada na gestão dos recursos dos projetos que contenham cláusulas permitindo este tipo de remuneração.

As receitas são mensuradas com base nos valores e percentuais acordados com os agentes financiadores de projetos e reconhecidas na medida em que existe a entrada do recurso, ou seja, pelo regime de caixa.

b) Ressarcimento de despesas

Os ressarcimentos contratuais de despesas são registrados como receitas e mensurados com base nos valores e percentuais acordados com os agentes financiadores de projetos e reconhecidas mensalmente com base na folha de pagamento do projeto.

c) Receitas financeiras

Referem-se aos rendimentos auferidos com as aplicações de recursos próprios da FAPEX, bem como os rendimentos de recursos de projetos sem conta movimento específica. São registradas à medida que auferidas, com base no regime de competência.

2.9 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Entidade concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

2.10 Redução ao valor recuperável dos ativos

Uma provisão para ajuste ao valor de recuperabilidade (“Impairment”) é requerida quando os valores dos ativos registrados na contabilidade são superiores àqueles passíveis de serem recuperados por uso ou por venda. A Administração da Entidade entende que não há indicação de perdas na realização de ativos e, portanto, não há necessidade de constituição desta provisão.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Consistem nos recursos existentes em caixa, contas correntes bancárias e contas de aplicações financeiras com resgate imediato, que não possuam restrições a movimentações.

Recursos próprios e de projetos sem vinculação

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Fundo fixo	3.000	3.000
Contas correntes recursos próprios-		
Banco do Brasil	164.267	3.940
Bradesco	58	-
Caixa Econômica Federal	41.282	6.818
	<u>205.607</u>	<u>10.758</u>
Aplicações com recursos próprios		
Banco do Brasil (fundos)	20.681.392	27.579.285
Banco do Brasil (CDB's)	9.234.474	4.047.193
Bradesco (fundos e renda fixa)		586.476
Banco Santander (fundos)	111.647	795.025
Caixa Econômica Federal (fundos)	948.864	1.659.247
	<u>30.976.377</u>	<u>34.667.227</u>
Total de Recursos Próprios	<u>31.184.984</u>	<u>34.680.985</u>

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 as aplicações financeiras estavam representadas, essencialmente, por Fundos de Investimentos e Certificados de Depósitos Bancários – CDB's administrados por bancos de primeira linha, livres para resgate e avaliadas pelo montante passível de realização.

4. RECURSOS VINCULADOS A PROJETOS

Consiste nos recursos disponíveis em contas correntes e aplicações financeiras, cuja movimentação é restrita a execução dos projetos/convênios aos quais tais recursos estejam vinculados.

	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Contas correntes de recursos de projetos vinculados -		
Banco do Brasil	152.684	2.362.973
Caixa Econômica Federal	3.007	2.372
Banco do Nordeste do Brasil	289.651	368.862
Sub-Total	<u>445.342</u>	<u>2.734.207</u>
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	<u>1.191.371</u>	<u>908.646</u>
Aplicações com recursos de projetos vinculados-		

. Banco do Brasil (fundos e poupança)	57.589.438	53.428.087
. Caixa Econômica Federal (fundos)	251.865	823.427
. Banco do Nordeste do Brasil (fundos)	57.639	53.853
Sub Total	57.898.942	54.305.367
Total de recursos Vinculados a Projetos	59.535.655	57.948.220

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 as aplicações financeiras estavam representadas, essencialmente, por Fundos de Investimentos, Poupança, e Certificados de Depósitos Bancários – CDB's administrados por bancos de primeira linha, livres para resgate e avaliadas pelo montante passível de realização.

5. ANTECIPAÇÕES DE RECURSOS A PROJETOS

Correspondem aos projetos que se encontravam com saldo negativo em 31 de dezembro de 2014 e 2013, ou seja, os gastos desses projetos estão sendo honrados com recursos próprios da FAPEX e serão reembolsados futuramente pelos agentes financiadores dos respectivos projetos.

	2014	2013
Empréstimos	12.348.532	7.558.396
Projetos com saldo devedor	21.347.143	14.185.485
Total de Projetos vinculados	33.695.675	21.743.881
Projetos com saldo devedor	690.531	489.898
Total de Projetos livres	690.531	489.898
Total de antecipações de recursos a projetos	34.386.206	22.233.780

A FAPEX segrega as antecipações de recursos a projetos em dois grupos de contas. O primeiro refere-se aos empréstimos representados por transferências de numerários da conta corrente geral da Fundação para as contas dos projetos. O segundo são os valores de pagamentos de despesas dos projetos realizados diretamente pela conta corrente geral da Fundação para posterior ressarcimento.

Assim, as despesas dos projetos, quando pagas com recursos próprios da FAPEX são debitadas ao passivo, nas contas dos projetos, ficando o saldo da conta devedor até que o projeto tenha recurso e efetue o reembolso.

A Administração da Entidade vem mantendo negociações com os agentes financiadores dos projetos de forma a obter o ressarcimento desses valores. A Administração da FAPEX não espera perdas relevantes decorrentes destes adiantamentos e não contabilizou provisão para perdas com a realização destes saldos.

6. BLOQUEIOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Correspondem aos bloqueios em conta corrente efetuados pelo Poder Judiciário com o intuito de garantir a quitação de valores pleiteados em processos trabalhistas e Depósitos de valores visando garantir a interposição de recursos em processos judiciais. A Entidade mantém provisões, na rubrica “Provisão para Encargos de Projetos”, consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas nos processos associados a estes bloqueios e depósitos.

	2014	2013
Bloqueios Judiciais	2.126.861	967.247
Depósitos Judiciais	2.695.868	1.305.281
Total de bloqueios e depósitos judiciais	4.822.729	2.272.528

A Entidade possui registrado como “depósitos judiciais” o montante de R\$ 430.332 (quatrocentos e trinta

mil, trezentos e trinta e dois reais), cujos valores estão vinculados a processos em andamento de natureza ativa, ou seja, a FAPEX é autora dos processos, os quais foram avaliados pelos assessores jurídicos com expectativa de perda “possível”.

7. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

	2014	2013
Imóveis para investimento (a)	2.682.500	2.682.500
Total	2.682.500	2.682.500

No exercício de 2013 a FAPEX realizou avaliação a valor de mercado dos imóveis de sua propriedade cujos valores estavam subavaliados através do laudo técnico de avaliação nº 0104/2013 emitido pelo Perito Avaliador Francisco Carlos de Souza Moura, CRECI nº 08667, registrado no Cadastro Nacional de Avaliadores Imobiliários– CNAI nº 00395. A avaliação foi realizada em conformidade com o Art. 3º da Lei 6.530/78 e a resolução do Conselho Federal dos Corretores de Imóveis - COFECI nº 957/2006.

Foram avaliados 2 (dois) imóveis com a seguinte localização:

- **Imóvel 1** – Casa Federação: Uma casa localizada à Rua Caetano Moura, nº 107, Federação, Salvador/Bahia. Inscrição Imobiliária nº 00.066.538-0.
- **Imóvel 2** – Casa Canela: Uma casa localizada à Rua Araújo Pinho, nº 513, Canela, Salvador/Bahia. Inscrição imobiliária nº 00.034.741-8.

O Laudo de Avaliação identificou a mais valia de R\$2.439.19, que foi reconhecida na Contabilidade, com atribuição de valor ao terreno e à parte Edificada. O valor residual do imóvel avaliado que estava registrado no imobilizado foi transferido para a rubrica de propriedades para investimento.

IMÓVEL	LOCALIZAÇÃO	VL. AQUISIÇÃO	DATA DE AQUISIÇÃO	DEP. ACUMULADA	VALOR RESIDUAL	REAVALIAÇÃO	AJUSTE CONTÁBIL
Edificações 107	CAETANO MOURA, FEDERAÇÃO	194.797,34	06/02/1997	153.900,00	40.897,34	274.000,00	233.102,66
Terreno 107	CAETANO MOURA, FEDERAÇÃO	-	06/02/1997	-	-	376.600,00	376.600,00
TOTAL		194.797,34		153.900,00	40.897,34	650.600,00	609.702,66

IMÓVEL	LOCALIZAÇÃO	VL. AQUISIÇÃO	DATA DE AQUISIÇÃO	DEP. ACUMULADA	VALOR RESIDUAL	REAVALIAÇÃO	AJUSTE CONTÁBIL
Edificação 513	ARAÚJO PINHO, CANELA	350.000,00	31/12/2005	147.590,97	202.409,03	228.900,00	26.490,97
Terreno 513	ARAÚJO PINHO, CANELA	-	31/12/2005	-	-	1.803.000,00	1.803.000,00
TOTAL		350.000,00		147.590,97	202.409,03	2.031.900,00	1.829.490,97
TOTAL GERAL		544.797,34		301.490,97	243.306,37	2.682.500,00	2.439.193,63

O imóvel da Rua Araújo Pinho, número 513 – Canela, está cedido à Universidade Federal da Bahia – UFBA para utilização em regime de comodato, sem a cobrança de aluguel, e o imóvel na Rua Caetano Moura está alugado à Universidade Federal da Bahia – UFBA.

8. IMOBILIZADO

	2014					2013	
	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	Valor Líquido	Valor Líquido
Imóveis							-
Máquinas e equipamentos	393.066	50.864	-	-	(224.759)	219.171	212.195
Máquinas, equipamentos e aparelhos	-	990	-	(990)	-	-	-
Equipamentos de informática	154.033	77.366	-	-	(124.140)	107.259	54.160
Móveis e utensílios	90.308	1.458	-	990	(55.517)	37.239	44.743
Software	166.115	-	(41.663)	-	(124.080)	372	13.411
Benfeitorias	355.174	-	-	-	(165.288)	189.886	277.825
Acervo Bibliográfico	-	-	-	-	(2)	(2)	(2)
Total	1.158.696	130.678	-	-	(693.786)	553.925	602.333

9. FORNECEDORES

Representam valores em aberto de fornecedores, pagamentos rejeitados que estão aguardando a reapresentação e aluguéis em aberto com a Universidade Federal da Bahia.

	2014	2013
Fornecedores de serviço – PJ	3.182.209	2.016.168
Fornecedores de material de consumo	699.321	-
Fornecedores de vale alimentação	471.450	462.412
Agencia de viagens	375.634	-
Fornecedores de material permanente	139.841	54.063
Aluguéis a pagar	96.623	96.623
Pagamentos rejeitados pelo banco	55.837	37.358
Fornecedores de serviço – PF	55.902	16.467
Fornecedores de vale transporte	382	702
Fornecedores de serviços de consultoria	-	64.740
Fornecedores de assistência médica	-	16.010
Fornecedores de construção civil	-	465
Total de fornecedores	5.077.199	2.765.008

10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, SOCIAIS E FISCAIS

A FAPEX registra em seu passivo os encargos e tributos trabalhistas relativos à totalidade da sua folha de pagamento, incluindo as folhas de pagamento vinculadas aos projetos, de acordo com o regime de competência.

	2014	2013
INSS a recolher	2.081.058	1.914.555
Salários a pagar (b)	3.522.880	1.424.520
Férias (a)	413.997	582.403
FGTS a recolher	680.398	636.845
IRRF	605.568	485.218
PIS/COFINS/CSL retidos a recolher	150.710	92.446
ISS retido na fonte	78.517	78.884
PIS a recolher	65.539	54.427
Total obrigações trabalhistas, sociais e fiscais	7.598.667	5.269.298

- Parcela correspondente à provisão de férias dos funcionários da FAPEX não vinculados aos projetos.
- Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da conta de salários a pagar compreendia às folhas de pagamento dos projetos dos Hospitais (HUPES, HAN, COM, dentre outros) os quais foram liquidadas em janeiro de 2015.

11. PROVISÃO PARA ENCARGOS DE PROJETOS

A FAPEX mantém provisão para cobertura de pagamentos de provisões de 13º salário, férias, aviso prévio, rescisões contratuais, multa de FGTS rescisório, processos trabalhistas relacionados aos projetos encerrados ou em andamento. Essas despesas estão previstas nos orçamentos dos projetos, a título de encargos trabalhistas.

A FAPEX efetua a cobrança aos projetos através de percentual aplicado mensalmente sobre a folha de pagamento do projeto. O montante calculado mensalmente é provisionado na conta do passivo e o saldo correspondente de conta bancária do projeto é transferido para uma conta corrente referente a recursos próprios

da FAPEX.

	2014	2013
Total da provisão para encargos de projetos	<u>54.469.416</u>	<u>43.502.467</u>

Em 31 de dezembro de 2014 o saldo desta provisão incluía o valor real estimado para cobertura das verbas rescisórias acrescido de valor excedente de R\$ 13.182.956 para cobertura de possíveis causas trabalhistas.

A recente criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Lei nº 15.550/2011) EBSEH, cuja uma de suas competências é prestar serviços de apoio ao processo de gestão dos hospitais universitários e federais, o que atualmente é realizado por meio das Fundações de Apoio, gera incertezas quanto ao processo de transição dos profissionais atualmente alocados à FAPEX, a serviço destas unidades, particularmente aquelas relacionadas com processos trabalhistas provenientes dos profissionais demitidos.

12. RECURSOS VINCULADOS A PROJETOS

Referem-se aos recursos recebidos dos agentes financiadores e ainda não aplicados nos Projetos de Pesquisa, Extensão, Serviços Administrativos e Especiais. Esses valores se encontram registrados pelo saldo líquido dos recursos recebidos das entidades financiadoras, ou seja, estão abatidos dos gastos já efetivados na execução dos projetos, incluindo as provisões constituídas.

	2014	2013
Recursos de entidades públicas nacionais	54.108.340	52.938.530
Recursos de projetos privados	4.633.634	5.408.188
Recursos de entidades internacionais	7.376.593	1.789.224
Total de recursos de projetos	<u>66.118.567</u>	<u>60.135.942</u>
Em relação à vinculação, os recursos são demonstrados como segue:		
Projetos vinculados	54.108.340	52.938.531
Projetos livres	12.010.227	7.197.411
Sub total	<u>66.118.567</u>	<u>60.135.942</u>
Retificadora de Projetos		
Empenho de pagamentos provisionados (a)	(4.905.267)	-
Empenhos de folha de pagamento (b)	(6.553.824)	-
Total de recursos de projetos	<u>54.659.476</u>	<u>60.135.942</u>

No exercício de 2014 a Fapex passou a registrar em conta retificadora do grupo de recursos de projetos, as provisões referentes às despesas vinculadas aos projetos.

Em 31 de dezembro de 2014 os saldos das contas mencionadas compreendiam os seguintes lançamentos:

- Provisões de fornecedores e impostos a recolher.
- Provisões oriundas das folhas de pagamentos (Pagamento de salários, despesas de INSS, FGTS, PIS, dentre outros).

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Entidade é ré em diversos projetos de natureza cíveis, trabalhistas e fiscais. Os desfechos desses processos não são totalmente previsíveis nesse momento. Contudo, com base na opinião dos seus assessores legais, a Entidade mantém provisão para cobertura dos processos considerados pelos assessores jurídicos como de perda “provável”.

Em 31 de dezembro de 2014 a FAPEX possuía um total de R\$ 16.416.629 (dezesesseis milhões, quatrocentos e dezesseis mil, seiscentos e vinte e nove reais) de processos judiciais em andamento que não estão

provisionados, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus consultores legais com expectativa de perda “possível”. Este montante está segregado da seguinte forma: processos de natureza trabalhistas equivalem a R\$ 1.568.570 (Hum milhão, quinhentos e sessenta e oito mil, quinhentos e setenta reais) e os de natureza Cíveis R\$ 14.848.059 (quatorze milhões, oitocentos e quarenta e oito mil e cinquenta e nove reais).

Total de provisão para contingências

2014	2013
<u>7.248.867</u>	<u>7.307.315</u>

A Entidade foi autuada pelo INSS no ano de 2007 quanto à cobrança da contribuição previdenciária sobre benefícios pagos no período de 1997 a 2006, considerados pelo INSS como remunerações indiretas, no montante de R\$ 12.866.455. O valor histórico sofreu redução de R\$ 7.793.597, pois parte dos supostos débitos estavam prescritos. Esse processo encontra-se no âmbito administrativo, tendo sido apresentada defesa pela FAPEX.

Em 26 de novembro de 2014, em 2º instância administrativa, foi proferido acórdão julgando como procedente a decadência do período de 01/1997 a 06/2002, resultando num débito remanescente no valor original de R\$ 2.622.811. Os assessores jurídicos apresentaram recurso ao CARF, haja vista que há entendimento jurisprudencial favorável à tese da FAPEX quanto a não incidência das contribuições previdenciárias sobre o auxílio alimentação e vale refeição.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 2013 ocorreu acréscimo ao valor do Patrimônio Social em função da contabilização do ajuste de avaliação patrimonial decorrente da avaliação de imóveis mantidos para investimento, conforme descrito na nota explicativa nº 7:

	2014	2013
Fundo Patrimonial	6.238.353	6.238.353
Déficit Acumulado	(1.392.531)	(4.026.357)
Total de patrimônio líquido	<u>4.845.822</u>	<u>2.211.996</u>

15. SERVIÇOS VOLUNTÁRIOS

Em atendimento à Resolução CFC nº 1.409, de 21 de 2012, que aprovou a NBC ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros, a qual define que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação de serviço como se tivesse ocorrido desembolso financeiro, em 31 de dezembro de 2014 a “Entidade” reconheceu contabilmente o montante de R\$ 330.616 (Trezentos e trinta mil, seiscentos e dezesseis reais) referentes a Trabalhos Voluntários.

Os trabalhos voluntários estão relacionados principalmente com os serviços não remunerados dos membros da Diretoria executiva e adjunta da Fundação e a mensuração do valor do trabalho voluntário ocorreu com base na remuneração média de mercado para estas funções.

16. RESSARCIMENTO DE DESPESAS

Referem-se às receitas decorrentes dos ressarcimentos pelos projetos de despesas efetuadas pela Fundação no desempenho de suas atividades, bem como as receitas decorrentes da absorção de saldos credores de projetos encerrados e estorno de provisões para cobertura de passivos trabalhistas não realizados.

17. DESPESAS COM PESSOAL

Correspondem às despesas com os funcionários administrativos e operacionais não alocados aos projetos administrados pela FAPEX.

2014	2013
------	------

Remunerações	3.196.293	3.158.324
Encargos	1.133.695	1.181.124
Benefícios	1.028.751	1.084.439
Total	5.358.739	5.423.887

18. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Consistem nas demais despesas operacionais necessárias a manutenção das atividades da Fundação.

	2014	2013
Serviços de terceiros	3.606.796	3.119.793
Gerais	436.986	554.491
Manutenção	295.153	355.108
Viagens e locomoções	118.878	68.099
Materiais	66.826	56.065
Total	4.524.639	4.153.556

19. GLOSAS DE PROJETOS

Correspondem às despesas não acatadas pelos financiadores e aos saldos devedores de projetos encerrados com déficit, bem como complementação de provisão para cobertura de passivos trabalhistas oriundos de projetos encerrados.

20. RECEITAS E DESPESAS ASSOCIADAS A PROJETOS

De forma a atender às orientações da Resolução 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucro, no exercício de 2014 a “Entidade” passou a reconhecer em sua Demonstração de Superávits/Défcits, as receitas e despesas associadas aos projetos sob sua gestão, de forma que estas despesas são reconhecidas pelo regime de competência e a receita é reconhecida na mesma proporção de realização das despesas. Este procedimento tem a finalidade de demonstrar os valores que a Entidade efetivamente geriu referente aos recursos dos projetos no decorrer de cada exercício. Tendo em vista que os valores de receitas e despesas se equivalem, não há qualquer efeito sobre o valor do superávit/défcit apurado no exercício.

	2014	2013
RECEITAS ASSOCIADAS A PROJETOS	159.907.962	-
DESPESAS ASSOCIADAS A PROJETOS		
Pessoal e encargos	(92.230.506)	-
Serviços de terceiros pessoa jurídica	(32.409.988)	-
Serviços de terceiros pessoa física	(12.495.906)	-
Material de consumo	(10.402.954)	-
Equipamentos e materiais permanentes	(6.901.921)	-
Diárias	(3.156.546)	-
Passagens e despesas com locomoção	(2.217.621)	-
Obras e instalações	(92.520)	-
Total	(159.907.692)	-

21. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 a Entidade possuía cobertura de seguros considerada suficiente

pela Administração, para cobrir as perdas com eventuais sinistros com o seu ativo imobilizado.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 a Entidade possuía instrumentos financeiros representados principalmente por aplicações junto a Instituições Financeiras. O valor dos instrumentos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial se aproxima do seu valor de mercado. Não é prática da Entidade realizar aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, não existindo qualquer operação desta natureza nos exercícios de 2014 e de 2013.

23. ISENÇÕES FISCAIS

A Resolução CFC N° 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a ITG 2002 – Entidade sem Finalidade de Lucro – Entidade sem Finalidade de Lucros, define que as isenções tributárias relacionadas com as atividades operacionais devem ser divulgadas como se a “Entidade” não gozasse de isenção.

O montante de R\$ 508.518 (Quinhentos e oito mil, quinhentos e dezoito reais) representa o total das isenções fiscais do exercício de 2014, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Impostos e Contribuições Federais	(%) Percentuais	Valor R\$
COFINS (a)	3%	259.448
Contribuição Social – CSLL (b)	9%	249.070
Total		508.518

O valor foi calculado com base na Receita de Serviço da Entidade.

A mensuração da Contribuição Social foi realizada com base no mesmo critério e percentuais utilizados pelas empresas com modalidade de apuração do Lucro Presumido.

24. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 24 de fevereiro de 2015 a Entidade recebeu intimação da Receita Federal para recolher os débitos em aberto do processo de INSS (n° 10580.008610/2007-14) no montante de (R\$ 7.276.201) dentro de um prazo de 30 dias contados a partir da data de intimação, na qual teria como benefício a redução de 30% no valor das multas aplicadas. Caso não houvesse liquidação do débito, o processo seria encaminhado à Procuradoria da Fazenda Nacional para cobrança executiva. Os assessores jurídicos entraram com um pedido de nulidade da notificação.



PARECER DO
CONSELHO FISCAL



PARECER DO CONSELHO FISCAL DA FAPEX

PARA O EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31.12.2014

Considerações Iniciais:

Visando atender as recomendações estatutárias da FAPEX – Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão, este Conselho, baseado em suas interpretações e também sustentado pelo Parecer de Auditoria da empresa Performance Auditoria e Consultoria Empresarial, finalizou em 21 de julho de 2015, os exames referente ao levantamento e movimentação patrimonial do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 desta fundação.

Para esclarecimentos e melhores considerações de nosso levantamento apontamos itens que julgamos serem relevantes para embasamento de nosso Parecer Final:

- Comentários Relevantes do Conselho Fiscal;
- Bases de opinião para ressalva
- Texto conclusivo – Parecer.

Comentários dos Conselheiros Fiscais:

Os conselheiros em todas as reuniões se posicionaram a favor do uso contributivo de nossas análises em prol de ações diretas e indiretas na gestão da FAPEX;

Para tanto cabe ressaltar a importância de manutenção de reuniões constantes e com análise de relatórios contábeis concomitantes às evoluções de suas ocorrências em períodos no mínimo bimensais, fato que ainda não foi possível, mediante dificuldades ainda encontradas por este conselho.

Como a intenção deste conselho é de contribuir com a gestão, ficam prejudicados os comentários oriundos de nossas observações e análises em prol da gestão, considerando a falta de tempestividade das análises documentais de fatos contábeis, patrimoniais e administrativos, gerando assim condição inoportuna para condução de ações da gestão com suporte do Conselho Fiscal.

Apesar de haver uma evolução no Resultado da FAPEX, evidenciada em sua DSE – Demonstração de Superávit do Exercício ainda se verifica necessidade de ações que já são recorrentes de fatos de exercícios passados para a busca de equilíbrio patrimonial da instituição.

Assim, como não devemos deixar de considerar exitosas as ações de melhorias de resultado desta fundação, não podemos fechar os olhos para os riscos que ainda perduram na instituição.

Verifica-se que o passivo operacional com maior nível de relação direta com os fins da instituição são as “Provisões para encargos de projetos” e “Recursos vinculados a projetos”, que os dados abaixo expõem singular situação:

Conta Passiva	2014	2013	2012
Provisões para encargos de projetos	54,4 milhões	43,5 milhões	28,0 milhões
Recursos vinculados a projetos	54,6 milhões	60,1 milhões	67,1 milhões
TOTAIS	109,0 milhões	103,6 milhões	95,1 milhões

Com esse quadro e as incertezas quanto à absorção sobre o passivo de pessoal frente à chegada da EBSEH – Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, criada pela Lei 15.550/2011, não estamos completamente seguros da liquidação destes itens, que, embora já tenham sido citados por este conselho em outros exercícios, ainda persistem em aumento de seus saldos passivos.

- As Contas Ativas que podem dar algum suporte de melhoria financeira às relacionadas no Passivo

destacado acima seriam as contas “Recursos vinculados a projetos” e “Antecipações de recursos a projetos”, que não contemplam valores em montantes superiores aos passivos; e, sobretudo, continuamos sem a segurança por confissão plena e formal de dívida de parcela significativa ou total dos valores registrados na conta de “Antecipação de recursos a projetos”, como já fora citado no relatório deste conselho no exercício do ano de 2013. O quadro abaixo mostra a evolução desta situação, destacando a melhoria, mas não a eliminação do problema:

Conta ATIVA	2014	2013	2012
Recursos vinculados a projetos	59,5 milhões	57,9 milhões	64,8 milhões
Antecipações de recursos a projetos	34,3 milhões	22,2 milhões	16,5 milhões
TOTAIS	93,8 milhões	80,1 milhões	81,3 milhões

Bases de Opinião para Ressalva.

3.1 – COMENTÁRIOS E RAZÕES PARA RESSALVAS

Os comentários do exercício de 2013 serviram de bases de ação para a gestão no exercício de 2014. O próprio relatório de Auditoria Externa se mostra muito repetitivo e conservador quanto aos dados apresentados nos dois exercícios, assim não há razões explícitas que demonstrem substantiva alteração do quadro entre os anos de 2013 e 2014.

Dentre as RAZÕES que sugerem e caracterizam a RESSALVA, estão:

- A necessária evolução nos controles dos recursos de projetos, que devem ser contemplados por aspectos contábeis e administrativos;
- A busca por segurança sobre valores destacados no passivo/ativo sem confissão de dívida expressa;
- A necessidade de equilíbrio entre os montantes passivos e os ativos, visando salvaguardar a estrutura e a economicidade da Fundação;
- Antecipação de recurso a projetos – considerando o levantamento da Auditoria Externa, quando afirma a insuficiência de controles para conciliar saldos ativos versus passivos na contabilidade da FAPEX;
- Provisão para encargos de projetos – quando fica evidenciada a falta de transparência na montagem e manutenção do saldo em conta; destacado pela Auditoria Externa em R\$13.182.956 (treze milhões, cento e oitenta e dois mil, novecentos e cinquenta e seis reais);
- Recursos vinculados a projetos – considerando o levantamento da Auditoria Externa, quando afirma a insuficiência de controles para conciliar saldos ativos versus passivos na contabilidade da FAPEX, além de controles extra contábeis para segregar movimentações financeiras entre os projetos e aquelas de propriedade da FAPEX;
- Bloqueio de depósitos judiciais – pela diferença de valores alocados na contabilidade que montam o total de R\$4.822.729, frente a R\$7.274.433 correspondente a valores indicados pela assessoria jurídica, por falta de uma conciliação adequada. Este cálculo gera uma diferença considerável de R\$2.451.704 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil, setecentos e quatro reais);
- Insegurança no processo de transição de serviços entre a EBSEH e a FAPEX, considerando que a data limite para a conclusão desse processo estabelecido legalmente é de 31 de dezembro de 2015, conforme Portaria N. 208 de 13 de março de 2015, do Ministério da Educação.

3.2 – RESSALVAS ESPECÍFICAS SOBRE O RESULTADO

Apesar das Receitas e Despesas se manterem relativamente estáveis no exercício de 2014, comparadas com as apresentadas em anos anteriores, foi observado um extraordinário SUPERÁVIT de R\$ 2.633.826,00 (Déficit 2013: R\$ 374.935,00; Déficit 2012: R\$2.344.975,00), o que causou estranheza a este Conselho Fiscal,

para o qual apresentamos o seguinte detalhamento.

Sem considerar as Receitas e Despesas que se anulam por disposição legal nos valores respectivos de R\$ 159.907.962,00 + R\$ 330.616,00, apresentamos um demonstrativo abaixo da composição daquele Superávit:

RECEITAS		
Serviços	8.663.138,00	
Ressarcimento de Despesas (nota 16)	180.392,00	
Outras Receitas Operacionais	278.862,00	9.122.392,00
(-) DESPESAS		
Pessoal (nota 17)	5.358.739,00	
Gerais e Administrativas (nota 18)	4.524.639,00	
Depreciação e Amortização	179.086	
Glosa de Projetos (nota 19)	472.386,00	
Outras	3.400,00	(10.538.250,00)
(=) DÉFICIT (Sub total)1.9		(1.415.858,00)
(+) RESULTADO FINANCEIRO		
Financeiras, Líquidas		4.049.684,00
(=) SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		2.633.826,00

O superávit acima demonstrado pode ser explicado por um extraordinário Resultado Financeiro de R\$ 4.049.684,00, que não foi observado em anos anteriores (R\$ 1.008.219 em 2013 e R\$ 1.578.101 em 2012, conforme relatório de Auditoria de 2014).

Esse resultado pareceu muito estranho a este Conselho Fiscal, VISTO que não foi apresentado ao Conselho Fiscal um relatório gerencial sobre as aplicações financeiras da Instituição, no exercício de 2014. Comparativamente com o ano de 2013 e considerando o mesmo volume de recursos aplicados no exercício, o resultado financeiro de 4.049.684,00, (R\$ 1.008.219 em 2013 e R\$ 1.578.101 em 2012, conforme relatório de Auditoria de 2014) é muito superior aos exercícios anteriores, sem uma justificativa para tal fato contábil.

Por outro lado observamos também que, na página 21 do Relatório de Auditoria foi demonstrada uma Reserva de Reavaliação de imóveis da FAPEX, no valor R\$ 2.682.500,00 que é um valor muito próximo do superávit do exercício apontado acima, o que reforça a possibilidade de que, o valor informado como Reserva de Reavaliação, possivelmente tenha sido contabilizado numa conta de Receita Financeira ou equivalente, compondo aquele resultado financeiro extraordinário de R\$ 4.049.684,00.

Também, achamos estranho que, embora a Lei 11.638/07 tenha extinguido a possibilidade de qualquer processo de reavaliação de bens, essa conta ou este fato tenha surgido exatamente no ano de 2014, apesar de ter sido contabilizado no exercício de 2013.

Esse fato chamou a atenção deste Conselho Fiscal, porque o item 14 do Relatório de Auditoria (pág. 27) demonstra a melhora do desempenho do resultado para R\$ 2.633.826,00, (Déficit de R\$ 374.935,00 em 2013 e Déficit de R\$ 2.344.975,00 em 2012) a justificativa apontada ali fala da contabilização de um Ajuste de Avaliação Patrimonial, o que não corresponde à realidade, porque sendo Reserva de Reavaliação ou sendo Ajuste de Avaliação Patrimonial, jamais poderiam impactar em R\$ 4.049.684,00 do Resultado Financeiro Líquido.

Parecer do Conselho Fiscal (Exercício 2014)

4.1 – PARÁGRAFO DE OPINIÃO

Os membros do Conselho Fiscal da FAPEX, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apoiados nos relatórios, levantamentos e análises realizadas da Contabilidade desta Fundação, em seus balancetes, nas informações de sua direção, além do relatório e parecer da Auditoria In-



dependente com o propósito de se chegar a uma conclusão. Em virtude da opinião expressa por nossos levantamentos e pelos Auditores Externos, somos de opinião de que os dados e informações contábeis representam adequadamente a posição econômico-financeira, exceto pelas razões de RESSALVAS já apresentadas no item anterior a este relatório, bem como as indicações da Auditoria Independente e do destaque apontado no item 3.2. Contudo, este Conselho entende que essas peças contábeis referentes ao exercício de 2014 estão em condições de serem submetidas à apreciação do Conselho Deliberativo.

4.2 – RECOMENDAÇÕES

Mediante apresentação deste relatório consideramos relevantes algumas recomendações:

Providenciar o uso imediato de um detalhado controle contábil e extra contábil sobre os saldos e movimentações entre o Ativo e Passivo ligados aos projetos da instituição;

Destacar funções operacionais para que a Contabilidade passe a fazer controle e regularização da Conta “Adiantamento a projetos” visando dar sustentação aos seus saldos;

Buscar novas fontes de receitas para não se configurar em entidade dependente, especialmente nesse momento de considerável risco, com a presença da EBSERH;


Estabelecer um programa de redução de despesas, visando contemplar melhor saldo financeiro, especialmente num momento econômico ruim do país e as ameaças que isto normalmente gera, considerando que neste exercício o fator primordial para a lucratividade foi o resultado financeiro e não o operacional;

Mandar analisar o saldo das contas “Depósitos Judiciais”, de modo que o saldo do Razão Contábil evidencie os valores dos depósitos judiciais reais, conforme extrato da conta “Depósitos Vinculados” dos bancos onde os recursos financeiros estiveram aplicados.


Estabelecer um cronograma de apresentação das Demonstrações Contábeis do exercício de 2015, para acompanhamento das análises das principais contas Ativas e Passivas, para serem examinadas cada três meses do ano civil, ou seja, nos meses de abril, julho, setembro de 2015 e janeiro de 2016.

Que as informações de natureza contábil que respaldam o acompanhamento deste Conselho Fiscal, em suas análises trimestrais, sejam feitas com maior presteza possível, para evitar qualquer tipo de atraso nos relatórios finais a serem apresentado no ano seguinte ao exercício social;

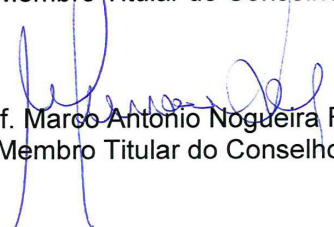
Salvador, 21 de julho de 2015.



Prof. Dilsen Cerqueira da Silva
Contador CRC-BA: 16.946/O-8
Presidente do Conselho Fiscal



Prof. Ubiratã Batista Pereira
Contador CRC-Ba. nº 5254/O-3
Membro Titular do Conselho Fiscal



Prof. Marco Antonio Nogueira Fernandes
Membro Titular do Conselho Fiscal



BALANÇO
SOCIAL



Folha de Pagamento Bruta (FPB)	R\$4.799.868,82
Folha de Pagamento Líquida (FPL)	R\$2.804.958,40
INDICADORES SOCIAIS	
	VALOR (R\$)
Alimentação	665.732,32
Saúde	723.652,14
Transporte	208.818,09
INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	
	QUANTITATIVO
Nº de empregados	117
Nº de homens que trabalham na empresa	45
Nº de mulheres que trabalham na empresa	72
ROTATIVIDADE	
	QUANTITATIVO
Nº de empregados	131
Nº de admissões no período	10
Nº de demissões no período	21
Crescimento	(-11)
TEMPO DE SERVIÇO PRESTADO À EMPRESA	
	QUANTITATIVO
Nº de empregados há mais de 20 anos na empresa	12
Nº de empregados entre 16 e 20 anos na empresa	12
Nº de empregados entre 11 e 15 anos na empresa	5
Nº de empregados entre 05 e 10 anos na empresa	52
Nº de empregados há menos de 05 anos na empresa	36
FAIXA ETÁRIA	
	QUANTITATIVO
Nº de empregados abaixo dos 20 anos de idade	2
Nº de empregados entre 20 e 30 anos de idade	19
Nº de empregados entre 31 e 40 anos de idade	50
Nº de empregados entre 41 e 50 anos de idade	22
Nº de empregados entre 51 e 60 anos de idade	18
Nº de empregados acima de 60 anos de idade	6
INFORMAÇÕES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	14,18
Segurança e Medicina do Trabalho	SIM
Nº total de acidentes de trabalho	1



FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA E À EXTENSÃO

Avenida Manoel Dias da Silva, 1.784
Ed. Comercial Pituba Trade - Pituba
CEP: 41.830-001 - Salvador - Bahia
Telefone: 0xx71-3183-8400

34anos

